



Fecomércio - 26/08/2020

**Potiguar Notícias | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

**Presidente do Sindcomércio Macaíba participa de entrega de projeto à Câmara**

Noticias - 26/08/2020

7

**Folha de Macaíba – Um portal a serviço de Macaíba e Grande Natal | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

**Luiz Antonio Lacerda participa de entrega da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa a vereadores de Macaíba**

Noticias - 25/08/2020

8

**Blog da Juliska | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - CULTURA /

**Festival Virtual de Arte e Cultura acontece em setembro**

Noticias - 25/08/2020

9

**Blog do FM | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Governo lança hoje o programa Casa Verde e Amarela; Pró-Brasil é adiado**

Noticias - 25/08/2020

10

**Roberto Flávio | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Substituto do Minha Casa Minha Vida não atende aos mais carentes**

Noticias - 25/08/2020

11

**Blog da Juliska | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Pesquisa: Rio Grande do Norte abre 9,2 mil novos negócios durante pandemia**

Noticias - 25/08/2020

13

**Potiguar Notícias | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Economia Verde pode somar à economia brasileira R\$ 2,8 trilhões no pós-pandemia**

Noticias - 25/08/2020

15

**Nominuto.com | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Redepetro: venda do Polo Potiguar reaquecerá setor**

Noticias - 25/08/2020

17

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Redepetro: venda do Polo Potiguar reaquecerá setor de petróleo e gás**

Noticias - 25/08/2020

18

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Redepetro: venda do Polo Potiguar reaquecerá setor de petróleo e gás no RN**

Noticias - 25/08/2020

19

## **Portal N10 | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Casa Verde e Amarela: governo rebatiza 'Minha Casa, Minha Vida' e mira Norte e Nordeste** 20  
Noticias - 25/08/2020

## **Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Responsabilidade fiscal levou Casa Verde Amarela a juros menores diz ministro** 22  
Noticias - 25/08/2020

## **Nominuto.com | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Com juro menor, governo lança novo programa habitacional, o Casa Verde e Amarela** 23  
Noticias - 25/08/2020

## **Blog do BG | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Empresas que compraram ativos da Petrobras já investiram quase US\$ 600 milhões em campos de petróleo no RN** 26  
Noticias - 25/08/2020

## **Nominuto.com | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Para Renda Brasil chegar a R\$ 300, é preciso cortar deduções do IR, diz Guedes a Bolsonaro** 27  
Noticias - 25/08/2020

## **Diário Potiguar | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Só 5 Estados vão ter força para sair da crise até 2021, diz estudo** 29  
Noticias - 25/08/2020

## **Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Para Renda Brasil chegar a R\$ 300, é preciso cortar deduções do IR, diz Guedes** 31  
Noticias - 25/08/2020

## **Potengi na Internet | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Portaria estende antecipação de auxílio por incapacidade** 33  
Noticias - 25/08/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Flávio Bolsonaro é diagnosticado com Covid-19. Saiba o estado de saúde dele** 35  
Noticias - 25/08/2020

## **Blog do BG | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

**Empresas que compraram ativos da Petrobras no Estado já investiram quase US\$ 600 milhões em campos de petróleo no RN** 37  
Noticias - 25/08/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / <b>Bolsonaro assina MP que cria Casa Verde e Amarela, novo 'Minha casa, minha vida'</b> Noticias - 25/08/2020	38
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / <b>Câmara de Natal aprova Reforma da Previdência</b> Noticias - 25/08/2020	39
<b>Tribuna do Norte   Rio Grande do Norte</b> FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / <b>Negociação de ativos pode demorar um ano</b> Noticias - 26/08/2020	41
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / <b>Comércio mais otimista</b> Noticias - 26/08/2020	44
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / <b>Programa tem foco no Nordeste</b> Noticias - 26/08/2020	46
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / <b>Guedes quer cortar deduções do iR para Renda Brasil ir a R\$ 300</b> Noticias - 26/08/2020	48
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / <b>Maioria da bancada quer explicações da Petrobras</b> Noticias - 26/08/2020	49
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / <b>Negociação de ativos pode demorar um ano</b> Noticias - 26/08/2020	51
<b>Marcos Dantas   Rio Grande do Norte</b> FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN / <b>Governadora recebe empresários do turismo e apresenta as ações de divulgação do RN</b> Noticias - 25/08/2020	54
<b>Tribuna do Norte   Rio Grande do Norte</b> FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / <b>Maioria da bancada quer explicações da Petrobras</b> Política - 26/08/2020	56
<b>Blog do FM   Rio Grande do Norte</b> FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN / <b>Governadora recebe empresários do turismo e apresenta as ações de promoção do RN</b> cidades - 26/08/2020	58
<b>Versátil News   Rio Grande do Norte</b> FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /	

<b>Fecomércio: Instituições financeiras preveem queda de 5,46% na economia este ano</b> Noticias - 25/08/2020	60
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / <b>Fecomércio: Com foco no Nordeste, governo anuncia novo programa habitacional</b> Noticias - 25/08/2020	62
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / <b>Fecomércio: Governo prorroga por 2 meses programa que permite redução de jornada e salário</b> Noticias - 25/08/2020	64
FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / <b>Fecomércio: Com foco no Nordeste, governo anuncia novo programa habitacional</b> Noticias - 25/08/2020	66

## Presidente do Sindcomércio Macaíba participa de entrega de projeto à Câmara



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Visando a desburocratização dos negócios e o fomento da economia local, o Poder Executivo Municipal de Macaíba, por meio do vice-prefeito da cidade, Auri Simplício, entregou nesta terça-feira (25), em sessão ordinária da Câmara Municipal, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa do município aos vereadores. O momento - de enorme importância para o setor produtivo local -, foi acompanhado pelo presidente do Sindcomércio Macaíba e vice-presidente da Fecomércio RN, Luiz Lacerda; pela consultora do Sebrae em Macaíba, Maria Luíza; e pela agente de Desenvolvimento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Macaíba (Semde), Aristela Tatianny. O projeto seguirá o trâmite normal pelas comissões da Casa.

'A adoção e aplicação da Lei Geral irá facilitar a vida daqueles que desejam empreender, mas que encontram diversas barreiras burocráticas, fiscais e operacionais. Os pequenos negócios, seja o microempreendedor individual, a microempresa ou empresa de pequeno porte, são os principais segmentos que compõem a

economia potiguar. Por isso, criar alternativas, oportunidades para que os negócios saiam de fato do papel e ganhem força, gerando emprego, receitas, desenvolvendo a economia local é um dos focos do nosso trabalho. Além, claro, de fortalecer e dar suporte aos negócios que já funcionam', afirmou Lacerda.

A lei segue diretrizes para a construção de um ambiente de negócios favoráveis, como educação empreendedora, desburocratização, instituição da Rede Municipal de Políticas de Desenvolvimento, participação dos microempreendedor individual (MEI), empresa de pequeno porte (EPP), Micro empresa (ME) nas compras públicas, acesso a microcrédito, e incentivos tributários e de infraestrutura. A previsão é que a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa entre em votação no Plenário da Câmara de Macaíba já na próxima semana.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN**

## Luiz Antonio Lacerda participa de entrega da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa a vereadores de Macaíba



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: tadeufm

Visando a desburocratização dos negócios e o fomento da economia local, o Poder Executivo Municipal de Macaíba, por meio do vice-prefeito da cidade, Auri Simplício, entregou nesta terça-feira (25), em sessão ordinária da Câmara Municipal, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa do município aos vereadores. O momento - de enorme importância para o setor produtivo local -, foi acompanhado pelo presidente do Sindcomércio Macaíba e vice-presidente da Fecomércio RN, Luiz Lacerda; pela consultora do Sebrae em Macaíba, Maria Luíza; e pela agente de Desenvolvimento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Macaíba (Semde), Aristela Tatiany. O projeto seguirá o trâmite normal pelas comissões da Casa.

'A adoção e aplicação da Lei Geral irá facilitar a vida daqueles que desejam empreender, mas que encontram diversas barreiras burocráticas, fiscais e operacionais. Os pequenos negócios, seja o microempreendedor

individual, a microempresa ou empresa de pequeno porte, são os principais segmentos que compõem a economia potiguar. Por isso, criar alternativas, oportunidades para que os negócios saiam de fato do papel e ganhem força, gerando emprego, receitas, desenvolvendo a economia local é um dos focos do nosso trabalho. Além, claro, de fortalecer e dar suporte aos negócios que já funcionam', afirmou Lacerda.

A lei segue diretrizes para a construção de um ambiente de negócios favoráveis, como educação empreendedora, desburocratização, instituição da Rede Municipal de Políticas de Desenvolvimento, participação dos microempreendedor individual (MEI), empresa de pequeno porte (EPP), Micro empresa (ME) nas compras públicas, acesso a microcrédito, e incentivos tributários e de infraestrutura. A previsão é que a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa entre em votação no Plenário da Câmara de Macaíba já na próxima semana.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

## Festival Virtual de Arte e Cultura acontece em setembro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Uma ampla e diversificada programação vai movimentar, entre os dias 2 e 4 de setembro, os canais de videochamadas e compartilhamento de vídeos administrados pelo IF Sertão-PE. É o I Festival Virtual de Arte e Cultura, evento aberto a estudantes, professores, artistas e pessoas de qualquer lugar do mundo interessadas em contemplar apresentações artísticas e participar de atividades educativas. O IFRN e os Institutos Federais de Pernambuco, da Bahia, do Maranhão e da Paraíba, além da Universidade Federal do Vale do São Francisco e do Serviço Social do Comércio (Sesc), são parceiros do evento, promovido pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do IF Sertão-PE.

O objetivo da iniciativa é fomentar o desenvolvimento de ações culturais e artísticas, de forma a envolver toda a comunidade, proporcionando a divulgação e a valorização de atividades que expressem a diversidade e multiplicidade de linguagens artístico-culturais.

Inscrições e programação

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até o dia

do evento pela plataforma IEventos. Para realizar a sua inscrição, o participante deverá acessar a plataforma, clicar em 'cadastre-se' na aba superior e preencher as informações solicitadas. O cadastro servirá para emissão do certificado. A abertura do I Festival Virtual de Arte e Cultura do IF Sertão-PE será na manhã do dia 2 de setembro e o encerramento na noite do dia 4.

Recheada de atividades culturais, a programação contará com vários minicursos, com temáticas diversas, desde produção de vídeo com dispositivos móveis, escrita de contos e literatura até desenho e teatro. Haverá palestras sobre fotografia, voz e violão, poesia e capoeira, entre outros. Uma das atrações do IFRN presentes à Mostra, a palestra 'Pluralidades e diálogos nas práticas musicais', será apresentada pelo professor Artur Albuquerque, do Núcleo de Artes do Campus Nova Cruz. As atividades poderão ser acompanhadas de forma on-line pelos canais de videochamadas do IF-Sertão-PE no Google Meet e de compartilhamento de vídeos no Youtube.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - CULTURA**

## Governo lança hoje o programa Casa Verde e Amarela; Pró-Brasil é adiado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O governo decidiu adiar o lançamento do Pró-Brasil, um megapacote de medidas sociais e econômicas, que estava previsto para hoje. A decisão foi tomada durante reunião, ontem, entre o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes. O motivo do adiamento é que o conjunto de medidas, que inclui o programa Renda Brasil, ainda não está concluído. A única iniciativa que será anunciada hoje é o programa Casa Verde e Amarela, que substituirá o Minha Casa Minha Vida, voltado à ampliação do acesso à moradia.

Uma das indefinições no megapacote envolve o valor do benefício do Renda Brasil, a nova versão do Bolsa Família. A quantia mensal aventada por Guedes ficaria em R\$ 247, mas o presidente quer mais estudos para viabilizar um eventual aumento do valor da bolsa. Além dessa questão, outro fator que causou incômodo no Planalto foi o anúncio de Guedes sobre as medidas, na semana passada, sem esperar que Bolsonaro 'batesse o martelo'.

Na esfera do Renda Brasil, a ideia é atender cerca de

21 milhões de famílias de baixa renda - as 14 milhões que já recebem o Bolsa Família e mais 6 ou 7 milhões de 'invisíveis' que o governo encontrou com os cadastros do auxílio emergencial. Seria pago a essas famílias um benefício superior aos atuais R\$ 190 do Bolsa Família, possivelmente entre R\$ 200 e R\$ 300.

O governo também discute a desoneração da folha de pagamentos das empresas para a faixa salarial de até um salário mínimo (hoje em R\$ 1.045). Essa medida faz parte do que Guedes chama de 'rampa de acesso' do Renda Brasil para o emprego formal.

Para sustentar uma despesa anual superior a R\$ 50 bilhões (o Bolsa Família custa R\$ 30 bilhões por ano), o governo estuda extinguir programas como o Abono Salarial, o Salário-Família e o Seguro Defeso (pago a pescadores durante o período em que a pesca é proibida).

Correio Braziliense

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Substituto do Minha Casa Minha Vida não atende aos mais carentes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Roberto

O governo federal deve anunciar, esta semana, o programa habitacional que substituirá o Minha Casa Minha Vida (MCMV). Além de não ter ouvido os movimentos em defesa da moradia para a elaboração da medida, o chamado 'Casa Verde Amarela' não prevê ações em benefício à parcela mais carente abrangida pelo MCMV: a Faixa 1, composta por famílias com renda até R\$ 1,8 mil.

A exclusão dos brasileiros mais necessitados das políticas habitacionais do governo Bolsonaro vem sendo denunciada há meses pela Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae). Conforme alertas feitos pela entidade - inclusive, junto a diferentes órgãos do Executivo federal - esta parcela da população continua sendo a única não beneficiada, por exemplo, pelas pausas no pagamento das prestações da casa própria, durante a pandemia do coronavírus - medida concedida pela Caixa a todos os mutuários do país e aos demais beneficiários do Minha Casa Minha Vida.

Em crítica à decisão do governo de acabar com o MCMV, o presidente da Fenae, Sérgio Takemoto, ressalta a importância do programa para a baixa renda, 'tanto no sentido de dar mais dignidade às famílias quanto na geração de empregos [na construção civil]'. O dirigente também destaca que, desde 2009, foram entregues pelo programa mais de quatro milhões de unidades habitacionais, com investimentos da ordem de R\$ 105 bilhões. 'Ajudando 16 milhões de pessoas. Esta política beneficia grande parte da sociedade e deveria ser prioridade', acrescenta Takemoto.

De acordo com projeções estimadas a partir do Censo de 2010, há atualmente um déficit de quase oito milhões de novas moradias, no país. Isto significa que 35 milhões de brasileiros não têm onde morar. Cerca de 85% desse total são famílias que vivem em situação precária, em áreas de risco, dividindo espaços exíguos ou mesmo nas ruas.

A União Nacional por Moradia Popular (UNMP); o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); a Central dos Movimentos Populares (CMP); a Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam); o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB); o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) e o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) solicitaram, para esta semana, uma audiência com o secretário nacional de Habitação do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), Alfredo Eduardo dos Santos, e com a direção da Caixa Econômica. O objetivo das sete entidades é conhecer detalhes do programa 'Casa Verde e Amarela'.

Na avaliação da representante da UNMP, Evaniza Rodrigues, se o novo programa priorizar reformas de moradias e regularização fundiária - com vem sinalizando o governo - a medida não será capaz de suprir a demanda reprimida, especialmente para moradias de baixa renda. 'É preocupante que até o momento não haja uma solução para a Faixa 1 do Minha Casa Minha Vida, que nem mesmo teve os

pagamentos [das prestações] suspensos durante a pandemia. Uma situação que só agrava a crise', diz Rodrigues.

O número de unidades habitacionais contratadas e entregues vem apresentando queda desde antes da pandemia da covid-19. Para a Faixa 1, nenhum contrato novo foi assinado este ano. O governo alega, como argumento, 'elevado índice de inadimplência'.

Os bancos têm financiado a partir da Faixa 1,5 (cuja renda familiar vai até R\$ 2,6 mil) a juros de 5% ao ano mais TR (Taxa Referencial). Segundo o governo, a nova versão do MCMV reduzirá os juros; inclusive, porque a Selic (taxa básica de juros da economia) está em 2% ao ano.

Evaniza Rodrigues, da União Nacional por Moradia Popular, enfatiza que é preciso conhecer melhor os critérios do 'Casa Verde e Amarela', de onde virão os recursos para financiar o programa e como eles serão repassados às prefeituras ou quais serão os mecanismos para a garantia do atendimento prioritário às regiões Norte e Nordeste, como se tem sido anunciado.

O que se cogita

Até este momento, fala-se que o 'Casa Verde e Amarela' - além de reduzir os juros dos financiamentos e privilegiar as famílias destas duas regiões, onde Bolsonaro tem investido esforços eleitorais mirando as eleições de 2022 - vai permitir a inclusão de um milhão de pessoas que estão fora do sistema imobiliário. Segundo informações veiculadas pela imprensa, a fonte de recursos para o programa será o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), que já tem parte dos recursos reservados para o financiamento habitacional.

Para isso, o governo irá propor uma redução no rendimento do Fundo com o objetivo de direcionar mais recursos para o substituto do Minha Casa Minha Vida. O presidente da Fenae observa que os recursos do FGTS já são utilizados no financiamento habitacional, cumprindo um dos importantes papéis sociais da Caixa.

Sérgio Takemoto também chama a atenção para a contradição do governo, que vem promovendo sucessos esvaziamentos do Fundo, a exemplo do saque aniversário. 'Essa série de ações, que esvaziam o FGTS, reduz drasticamente as possibilidades de investimentos em infraestrutura no país', afirma.

No final do mês passado, a Fenae enviou ofícios à direção da Caixa e também ao MDR solicitando informações sobre a não inclusão dos beneficiários mais carentes do Minha Casa Minha Vida em nova prorrogação da suspensão do pagamento dos financiamentos habitacionais.

Em maio e julho, o governo concedeu e prorrogou pausas na quitação das prestações - em um total de 180 dias - para todos os mutuários do país, incluindo três faixas do MCMV: 1,5, 2 e 3. Mas, continua não garantindo esse alívio à Faixa 1 do programa, justamente a que abrange as famílias mais necessitadas do país.

Congresso em Foco\*

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

## Pesquisa: Rio Grande do Norte abre 9,2 mil novos negócios durante pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Enxergar na crise uma nova oportunidade para empreender. Esse foi o pensamento de milhares de potiguares, que, em meio a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), aproveitaram o momento para realizar o sonho de ter um negócio próprio mesmo cercados de riscos e incertezas. De acordo com informações da Receita Federal, entre março e a primeira quinzena de agosto, o Rio Grande do Norte registrou 9.230 novos registros de empresas na categoria de Microempreendedor Individual (MEI).

O número representa um avanço considerando o cenário de retração do consumo, as atividades econômicas e o índice de abertura desse mesmo tipo de empresa em intervalo semelhante no ano passado, quando o estado formalizou 7.921 MEIs entre março e até o final de julho.

Esse aumento da quantidade de negócios formais não é verificado apenas no Rio Grande do Norte, mas em todo o país como resultado da busca, cada vez maior, de pessoas que se viram desempregadas e que, por não

conseguirem se reinserir no mercado de trabalho, enxergaram no empreendedorismo uma alternativa para gerar renda. Segundo o Ministério da Economia, entre 31 de março e primeiro de agosto, foram formalizados 593.577 MEI's e outras 85.036 pequenas empresas, entre microempresas e empresas de pequeno porte, no Brasil.

'Muita gente empreendeu pelo fato de muitos terem sido demitidos e outros já estavam com o negócio, porém na informalidade. E com a insegurança, buscaram a formalização, que, pelo menos, está contribuindo para a Previdência. Em muitos casos, esses empreendedores conseguem até comprar com preços mais convidativos no atacado tendo um CNPJ', explica a gerente do Escritório Metropolitan do Sebrae-RN, Maiza Pessoa.

Na avaliação de especialistas do Sebrae, a maior parte desses novos empreendedores busca se estabelecer no setor de serviços, que exige um investimento inicial de menor valor em comparação com outros segmentos. Enquanto um empresário que resolve abrir um pequeno negócio no segmento da indústria ou comércio vai precisar de capital inicial para a compra de máquinas, insumos e possivelmente do aluguel de um espaço físico, nas atividades de serviços, essa demanda é mínima ou até inexistente.

### Recomendações

Um das atenções principais para quem acabou de abrir um negócio nesse período é a questão da bioprevenção e segurança sanitária. Atentar para regras e protocolos estabelecidos para cada setor e evitar provocar aglomeração é um aspecto fundamental tanto para quem já está no mercado, quanto àqueles que planejam abrir agora o próprio negócio. As empresas que estão surgindo precisam estar preparadas para fazer negócio no ambiente digital. Isso significa estar presente nas redes sociais, ter uma loja online, atuar no Market Place e aplicativos e atender o público pelo WhatsApp.

Em um contexto ainda fortemente marcado pela retração do consumo, as micro e pequenas empresas precisam ser muito enxutas. Aqueles custos que não agregam valor ao cliente devem ser eliminados. O empreendedor também precisa se esforçar para que todos os canais da empresa atuem em perfeita sintonia e articulação. 'É preciso se diferenciar. Buscar oferecer algo com cuidado, atenção e personalização', recomenda Maiza Pessoa.

Os potenciais empresários precisam ainda estar sintonizados com as tendências de consumo mais presentes no momento de pandemia. Quem pretende abrir uma empresa deve observar que os conceitos de saúde, vida saudável, vida ao ar livre, bem-estar, nunca estiveram tão em alta.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Economia Verde pode somar à economia brasileira R\$ 2,8 trilhões no pós-pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A adoção de opções de economia verde específicas para determinados setores produtivos no período pós-pandemia pode acrescentar à economia brasileira R\$ 2,8 trilhões, com a geração de dois milhões de empregos até 2030. A conclusão é apresentada no estudo Uma Nova Economia para uma Nova Era: Elementos para a Construção de uma Economia Mais Eficiente e Resiliente para o Brasil. O estudo é liderado pela organização não governamental (ONG) WRI Brasil e pela New Climate Economy e assinado por pesquisadores de seis instituições nacionais.

O professor de Planejamento Energético do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), André Lucena, disse à Agência Brasil que essas opções de economia verde têm vários co-benefícios econômicos que não são percebidos diretamente, 'mas que existem'.

Lucena exemplificou que medidas para aprimorar o transporte público, que melhorem a qualidade do ar nas

idades, seja pela substituição de combustíveis fósseis por outros menos poluentes, significam menores gastos com a saúde, maior produtividade dos trabalhadores, menos tempo gasto em deslocamentos. 'Isso tudo tem ganhos econômicos'. Através da criação de diferentes modelos, os pesquisadores puderam avaliar como custos associados a problemas ambientais podem gerar ganhos econômicos.

A melhoria do transporte público poderia ser obtida também por medidas transitórias, como os carros híbridos, em que não há mudança de combustível, mas têm uma autonomia bem maior, ou seja, uma eficiência energética muito maior. 'Reduz o consumo de combustíveis e, portanto, a poluição associada'.

### Vantagens

André Lucena observou que o Brasil precisa usar vantagens comparativas que possui, associadas a essas medidas de economia verde, de curto, médio e longo prazos. 'O Brasil tem vantagens que podem ser utilizadas para tentar melhorar a qualidade e a percepção de seus produtos no mercado internacional, associadas, por exemplo, à baixa intensidade de carbono da matriz elétrica brasileira'.

O aço nacional, por ter alguma participação de carvão vegetal, tem conteúdo de emissões de carbono menor do que países que produzem aço baseado em carvão mineral. 'Diante de uma ação coordenada global para reduzir emissões, isso pode dar ao Brasil vantagens competitivas a partir da menor intensidade de carbono. Isso precisa ser explorado também', sinalizou o professor da Coppe.

No caso do setor de uso do solo, o primeiro passo é conter o desmatamento, indica o estudo. André Lucena explicou que o Brasil não precisa de mais terra. 'O Brasil já tem terra suficiente para atender a uma demanda própria e para exportação no horizonte de 2050,

principalmente se você considerar que o país tem 200 milhões de hectares de pecuária de baixa produtividade que poderia facilmente aumentar, liberando um terço dessas terras para produção agrícola'.

Lucena destacou que o país está vivenciando no atual momento uma perda de mercado em função do desmatamento. Acordos comerciais estão em risco, como o existente entre o Mercosul e a Alemanha. Além disso, há uma avaliação negativa de produtos brasileiros no mercado internacional, cortes de fluxos de investimentos, tudo em função do desmatamento. 'É um custo que não traz benefícios à sociedade nem ao país', comentou.

#### Integração

O estudo reforça que não há necessidade de aumentar a quantidade de terras mas, sim, de melhorar a sua produtividade. Isso pode ser alcançado por meio da recuperação de pastagens degradadas, da integração entre lavoura e pecuária, ações que repercutem em benefícios ao meio ambiente. 'São medidas que podem fazer com que você tenha um uso mais rentável da terra, na medida em que usa ela não só para pecuária, mas para a lavoura, mantendo a qualidade do solo'.

Na parte industrial, citou que há opções de eletrificação que podem ser adotadas para reduzir emissões de gás carbônico. Outra área que o Brasil poderia explorar e mostra grande potencial futuro é a da química verde. 'A química verde, embora não tenha um custo tão baixo como a petroquímica atualmente, em um cenário de descarbonização isso pode se reverter. O Brasil tem alta vantagem comparativa nisso, tanto pelo lado do potencial de recursos, entre os quais a biomassa, o etanol, como tecnológica também'.

Lucena se referiu ao uso de biocombustíveis avançados, como etanol e biodiesel, que substituem gasolina e diesel, que são combustíveis fósseis. O estudo sugere a possibilidade de adaptar a indústria de biocombustíveis brasileiros já existentes para a produção de biocombustíveis avançados em setores em que a substituição não é trivial, como a aviação, por

exemplo. O querosene de aviação é um combustível de altíssimo valor adicionado e baixíssima substituíbilidade, mas há a possibilidade de se fazer o chamado biojet ou bioquerenose de aviação, indicou o professor de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ. 'Seria um uso muito melhor para a indústria já existente no Brasil'.

#### Governo

Na área de infraestrutura, uma sugestão formulada é fazer o transporte de mercadorias via cabotagem, que apresenta custo de investimento bem menor que ferrovias, aproveitando o fato de o Brasil ser um país com mais de 8 mil quilômetros de costa.

O estudo foi encaminhado para o governo federal, através do Ministério da Economia.

Fonte: Agência Brasil

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Redepetro: venda do Polo Potiguar reaquecerá setor



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Anunciada ontem (24) pela Petrobras, a venda do Polo Potiguar reaquecerá a atividade de petróleo e gás no Rio Grande do Norte. A avaliação é da Associação Redepetro RN, que congrega empresas do setor. Segundo a entidade, a negociação provocará reviravolta no mercado: substituirá o desinvestimento da Petrobras por aportes da iniciativa privada.

A Petrobras iniciou processo para venda da totalidade de suas participações em um conjunto de 26 concessões de campos de produção terrestres e de águas rasas no Rio Grande do Norte, que formam o Polo Potiguar. O ativo compreende os subpolos Canto do Amaro, Alto do Rodrigues e Ubarana, com 23 concessões terrestres e três marítimas.

Também inclui acesso a infraestrutura de processamento, refino, logística armazenamento, transporte e escoamento de petróleo e gás natural. A companhia destacou que está incluída na transação a refinaria Clara Camarão, localizada no município de Guamaré, que possui capacidade instalada de refino de 39,6 mil barris de petróleo por dia.

### Novo cenário

O presidente da Redepetro RN, Gutemberg Dias, avalia que a venda consolidará nova realidade da bacia potiguar, iniciada com a negociação de 46 concessões, a qual movimentou cerca de R\$ 2,1 bilhões, em sete meses. 'A saída da Petrobras não significa o fim da atividade petrolífera no RN. Pelo contrário. Trará oportunidades para toda a cadeia produtiva', observa.

Dias cita o exemplo do campo Riacho da Forquilha, em Mossoró, recentemente adquirido pela empresa Potiguar E&P. 'Em apenas seis meses após assumir o campo, a produção aumentou 30%', lembra. Esses e outros números, segundo ele, transformaram o Rio Grande do Norte em referência nacional em revitalização de campos terrestres (onshore).

'A decisão da Petrobras não é um revés, mas uma virada no mercado. No lugar de uma petrolífera sem interesse de investir, chegarão empresas de grande porte, decididas a novos investimentos', avalia. Essas grandes corporações - observa - contratarão mão de obra, sublocarão empresas menores, comprarão no comércio local, enfim, movimentarão a cadeia.

O que a Petrobras precisa esclarecer - adverte Gutemberg Dias - é se a venda do polo será única ou fracionada. 'Seria interessante que várias empresas comprassem o ativo potiguar, porque novos entrantes gerariam mais negócios. Nossa ressalva é que haja pluralidade para dinamização do negócio, e não a venda de todo o polo para uma única empresa', pondera.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Redepetro: venda do Polo Potiguar reaquecerá setor de petróleo e gás



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Anunciada ontem (24) pela Petrobras, a venda do Polo Potiguar reaquecerá a atividade de petróleo e gás no Rio Grande do Norte. A avaliação é da Associação Redepetro RN, que congrega empresas do setor. Segundo a entidade, a negociação provocará reviravolta no mercado: substituirá o desinvestimento da Petrobras por aportes da iniciativa privada.

A Petrobras iniciou processo para venda da totalidade de suas participações em um conjunto de 26 concessões de campos de produção terrestres e de águas rasas no Rio Grande do Norte, que formam o Polo Potiguar. O ativo compreende os subpolos Canto do Amaro, Alto do Rodrigues e Ubarana, com 23 concessões terrestres e três marítimas.

Também inclui acesso a infraestrutura de processamento, refino, logística armazenamento, transporte e escoamento de petróleo e gás natural. A companhia destacou que está incluída na transação a refinaria Clara Camarão, localizada no município de Guamaré, que possui capacidade instalada de refino de 39,6 mil barris de petróleo por dia.

### Novo cenário

O presidente da Redepetro RN, Gutemberg Dias, avalia que a venda consolidará nova realidade da bacia potiguar, iniciada com a negociação de 46 concessões, a qual movimentou cerca de R\$ 2,1 bilhões, em sete meses. 'A saída da Petrobras não significa o fim da atividade petrolífera no RN. Pelo contrário. Trará oportunidades para toda a cadeia produtiva', observa.

Dias cita o exemplo do campo Riacho da Forquilha, em Mossoró, recentemente adquirido pela empresa Potiguar E&P. 'Em apenas seis meses após assumir o campo, a produção aumentou 30%', lembra. Esses e outros números, segundo ele, transformaram o Rio Grande do Norte em referência nacional em revitalização de campos terrestres (onshore).

'A decisão da Petrobras não é um revés, mas uma virada no mercado. No lugar de uma petrolífera sem interesse de investir, chegarão empresas de grande porte, decididas a novos investimentos', avalia. Essas grandes corporações - observa - contratarão mão de obra, sublocarão empresas menores, comprarão no comércio local, enfim, movimentarão a cadeia.

O que a Petrobras precisa esclarecer - adverte Gutemberg Dias - é se a venda do polo será única ou fracionada. 'Seria interessante que várias empresas comprassem o ativo potiguar, porque novos entrantes gerariam mais negócios. Nossa ressalva é que haja pluralidade para dinamização do negócio, e não a venda de todo o polo para uma única empresa', pondera.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Redepetro: venda do Polo Potiguar reaquecerá setor de petróleo e gás no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Anunciada ontem (24) pela Petrobras, a venda do Polo Potiguar reaquecerá a atividade de petróleo e gás no Rio Grande do Norte. A avaliação é da Associação Redepetro RN, que congrega empresas do setor. Segundo a entidade, a negociação provocará reviravolta no mercado: substituirá o desinvestimento da Petrobras por aportes da iniciativa privada.

A Petrobras iniciou processo para venda da totalidade de suas participações em um conjunto de 26 concessões de campos de produção terrestres e de águas rasas no Rio Grande do Norte, que formam o Polo Potiguar. O ativo compreende os subpolos Canto do Amaro, Alto do Rodrigues e Ubarana, com 23 concessões terrestres e três marítimas.

Também inclui acesso a infraestrutura de processamento, refino, logística armazenamento, transporte e escoamento de petróleo e gás natural. A companhia destacou que está incluída na transação a refinaria Clara Camarão, localizada no município de Guamaré, que possui capacidade instalada de refino de

39,6 mil barris de petróleo por dia.

Novo cenário

O presidente da Redepetro RN, Gutemberg Dias, avalia que a venda consolidará nova realidade da bacia potiguar, iniciada com a negociação de 46 concessões, a qual movimentou cerca de R\$ 2,1 bilhões, em sete meses. 'A saída da Petrobras não significa o fim da atividade petrolífera no RN. Pelo contrário. Trará oportunidades para toda a cadeia produtiva', observa.

Dias cita o exemplo do campo Riacho da Forquilha, em Mossoró, recentemente adquirido pela empresa Potiguar E&P. 'Em apenas seis meses após assumir o campo, a produção aumentou 30%', lembra. Esses e outros números, segundo ele, transformaram o Rio Grande do Norte em referência nacional em revitalização de campos terrestres (onshore).

'A decisão da Petrobras não é um revés, mas uma virada no mercado. No lugar de uma petrolífera sem interesse de investir, chegarão empresas de grande porte, decididas a novos investimentos', avalia. Essas grandes corporações - observa - contratarão mão de obra, sublocarão empresas menores, comprarão no comércio local, enfim, movimentarão a cadeia.

O que a Petrobras precisa esclarecer - adverte Gutemberg Dias - é se a venda do polo será única ou fracionada. 'Seria interessante que várias empresas comprassem o ativo potiguar, porque novos entrantes gerariam mais negócios. Nossa ressalva é que haja pluralidade para dinamização do negócio, e não a venda de todo o polo para uma única empresa', pondera.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Casa Verde e Amarela: governo rebatiza 'Minha Casa, Minha Vida' e mira Norte e Nordeste



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rafael Nicácio

O presidente Jair Bolsonaro assinou nesta terça-feira (25) Medida Provisória (MP) que cria um novo programa de habitação do governo federal, batizado de 'Casa Verde e Amarela'.

Lançado em cerimônia no Palácio do Planalto, o programa tem meta de atender 1,6 milhão de famílias de baixa renda com o financiamento habitacional até 2024, uma alta de 350 mil famílias. Segundo o governo, ele também prevê ações voltadas à regularização fundiária, reforma de imóveis e retomada de obras.

O Casa Verde e Amarela foi concebido para substituir o 'Minha Casa, Minha Vida', criado em 2009, no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional no país.

Com os seguidos déficits nas contas públicas e orçamento público mais restrito a cada ano, o 'Minha Casa, Minha Vida' passou a conviver com atrasos de

repasses e obras atrasadas.

### Programa habitacional

O programa Casa Verde e Amarela, do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), 'vai facilitar o acesso da população a uma moradia digna, assegurando mais qualidade de vida'.

As regiões Norte e Nordeste serão contempladas com a redução nas taxas em até 0,5 ponto percentual para famílias com renda de até R\$ 2 mil mensais e 0,25 para quem ganha entre R\$ 2 mil e R\$ 2,6 mil. Nessas localidades, os juros poderão chegar a 4,25% ao ano para cotistas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e, nas demais regiões, a 4,5%.

'Com essas alterações, queremos estimular novas contratações no Norte e Nordeste, que têm os maiores déficits habitacionais no País. Essas taxas diferenciadas buscam reduzir as desigualdades regionais, que é uma das principais missões do MDR', destaca o ministro Rogério Marinho. 'Além disso, as novas medidas possibilitarão que, pelo menos, 1 milhão de pessoas que estavam fora do sistema de financiamento habitacional possam ter acesso a ele', completa.

Além dos juros menores, o Norte e o Nordeste terão, ainda, outros benefícios, como uma parcela mais abrangente de famílias beneficiadas, com rendimento de até R\$ 2,6 mil ao mês, ante R\$ 2 mil das demais regiões. O limite do valor dos imóveis financiados também foi ampliado, com o objetivo de fomentar o interesse do setor da construção civil em atuar nessas localidades.

Além do financiamento habitacional, o programa atuará com regularização fundiária e melhoria de residências, enfrentando problemas de inadequações, como falta de banheiro, por exemplo. A meta é regularizar 2 milhões de moradias e promover melhorias em 400 mil até 2024.

'Nosso objetivo, seguindo as recomendações do presidente Jair Bolsonaro, é trazer resultados mais eficientes no atendimento às necessidades habitacionais brasileiras e oferecer moradia digna às famílias mais vulneráveis', explica Marinho. 'Foi seguindo essa linha e ouvindo outros órgãos e o setor da construção civil que chegamos a esse modelo. O Casa Verde e Amarela irá movimentar o mercado e gerar emprego e renda', destaca.

A previsão é disponibilizar, até o fim do ano, mais R\$ 25 bilhões do FGTS e R\$ 500 milhões do FDS para o Programa. Os empreendimentos devem gerar, até 2024, mais de 2,3 milhões de novos postos de trabalho diretos, indiretos e induzidos.

Já para garantir a continuidade das obras de 185 mil unidades habitacionais contratadas, a retomada de 100 mil residências e os empreendimentos de urbanização em andamento, há a previsão de aporte de R\$ 2,4 bilhões do Orçamento Geral da União (OGU) para o próximo ano.

Após a publicação da Medida Provisória da criação do Programa, as propostas serão analisadas e aprovadas pelos conselhos curadores do FGTS e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Ainda neste ano, serão publicados os primeiros editais para a contratação de regularização fundiária e melhorias habitacionais.

#### Financiamento habitacional popular

As mudanças nos financiamentos possibilitarão que o FGTS tenha mais recursos para novas contratações. Em linhas gerais, ocorrerá a redução da parcela de spread bancário (diferença entre o valor pago pelo banco aos correntistas e o cobrado nas operações de crédito) pago pelo Fundo aos agentes financeiros operadores do programa, sem comprometer a sustentabilidade das operações

As contratações de crédito viabilizadas por meio do Casa Verde Amarela ocorrerão nos moldes já implementados pelos agentes financeiros: os cidadãos

interessados devem procurar diretamente as construtoras credenciadas e os bancos operadores.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Responsabilidade fiscal levou Casa Verde Amarela a juros menores diz ministro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, afirmou nesta terça-feira, 25, que a "responsabilidade fiscal" do governo Bolsonaro permitiu que o Casa Verde Amarela tenha a menor taxa de juros da história em programa habitacional. "O capital especulativo está fugindo do Brasil. Que bom, que vá embora. Nos interessa o capital para investir em projetos de médio e longo prazo, que gerem empregos, renda", afirmou Marinho na cerimônia.

O Planalto lançou o programa que irá substituir o Minha Casa Minha Vida sem a presença do ministro da Economia, Paulo Guedes. Participaram do evento outros dez ministros, como da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, da Educação, Milton Ribeiro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, e das Comunicações, Fábio Faria.

No discurso, Marinho atribuiu ao presidente Jair Bolsonaro o pedido para que o novo programa tivesse um "olhar especial" para o Norte e Nordeste.

Bolsonaro tem focado seus esforços nessas regiões, já

mirando o pleito de 2022. A reformulação do substituto do Minha Casa Minha Vida é discutida desde o ano passado, justamente diante do desejo do governo Bolsonaro de alavancar uma marca própria em políticas sociais.

O MCMV, que existe desde 2009, foi criado no governo Lula.

O novo desenho conta com taxas de juros que vão de 4,25% a 4,5% ao ano. O Norte e Nordeste serão contempladas com a redução nas taxas em até 0,5 ponto percentual para famílias com renda de até R\$ 2 mil mensais, e 0,25 ponto para quem ganha entre R\$ 2 mil e R\$ 2,6 mil. Nessas localidades, os juros poderão chegar a 4,25% ao ano para cotistas do FGTS e, nas demais regiões, a 4,5%.

"Nós teremos tratamento diferenciado para as regiões que historicamente têm condição menor em relação aos seus índices de desenvolvimento humano, que são Norte e Nordeste, cumprindo a determinação do presidente de termos um olhar especial para essas regiões", disse Marinho.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

## Com juro menor, governo lança novo programa habitacional, o Casa Verde e Amarela



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O governo federal lançou nesta terça-feira (25), o programa habitacional Casa Verde e Amarela, que substituirá o Minha Casa Minha Vida (MCMV), criado no governo Lula, em 2009.

Priorizando as regiões Norte e Nordeste, o novo desenho conta com taxas de juros menores, que vão de 4,25% a 4,5% ao ano (redução máxima de 0,5 ponto percentual em relação ao que era cobrado). O objetivo é atender 1,6 milhão de famílias de baixa renda com o financiamento habitacional até 2024, um incremento de 350 mil, segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

De acordo com a pasta, as Regiões Norte e Nordeste serão contempladas com a redução nas taxas em até 0,5 ponto percentual para famílias com renda de até R\$ 2 mil mensais, e 0,25 para quem ganha entre R\$ 2 mil e R\$ 2,6 mil. Nessas localidades, os juros poderão chegar a 4,25% ao ano para cotistas do FGTS e, nas demais regiões, a 4,5%. No MCMV, os juros partiam de 4,75% ao ano.

O programa também beneficia o Norte e Nordeste por possibilitar que uma parcela mais abrangente de famílias sejam beneficiadas, com rendimento de R\$ 2,6 mil ao mês. Nas outras regiões, o valor é de R\$ 2 mil. O limite do valor dos imóveis financiados também foi ampliado.

Marinho afirmou que a priorização do Norte e Nordeste no programa habitacional Casa Verde e Amarela ocorreu por uma "questão de justiça". "Foi muito mais uma questão de justiça, de equidade, de enfrentar os desiguais de forma desigual, já que o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), a faixa de renda e a renda média dessas regiões são bem diferentes", justificou o ministro.

Segundo Marinho, há impacto maior na diminuição da prestação do programa no Nordeste "para que o maior número de famílias tenha acesso naquela região, onde a demanda reprimida é muito maior em função da dificuldade financeira das famílias".

"Por que o Norte e Nordeste se outras regiões também têm problema de déficit habitacional? O que estamos verificando, quando se abre financiamento habitacional no Brasil, normalmente o Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste se apropriam do recurso com rapidez muito maior, porque as famílias nordestinas possuem uma faixa de renda muito deprimida", disse ao ser questionado por jornalistas.

Pesquisa Datafolha divulgada neste mês de agosto mostrou aumento da aprovação de Bolsonaro, com melhora na Região Nordeste, impulsionada pelo pagamento do auxílio emergencial.

Sempre ao lado do ministro de Desenvolvimento Regional (MDR), Rogério Marinho, o presidente também tem feito mais viagens à região, a única onde ele foi derrotado pelo candidato petista Fernando Haddad nas

eleições de 2018. Desde o fim de julho, Bolsonaro já visitou seis cidades da região.

Como mostrou o Estadão, Bolsonaro planeja uma série de viagens, com foco no Nordeste, para capitalizar medidas aprovadas pelo Congresso e obras iniciadas em gestões passadas.

#### Regularização fundiária

O programa ainda conta com um braço de regularização fundiária e melhoria, por meio de reformas, em residências de pessoas de baixa renda. A meta é regularizar 2 milhões de casas e realizar melhorias em 400 mil até 2024. De acordo com o MDR, o custo individual será de R\$ 500 a R\$ 20 mil.

No caso da regularização, o governo informou que o programa contemplará áreas ocupadas, "majoritariamente", por famílias com renda de até R\$ 5 mil mensais que vivam em núcleos urbanos informais. Não poderão ser beneficiadas casas em áreas não passíveis de regularização ou de risco.

Já as melhoras nas residências contemplam reformas e ampliação do imóvel, como: construção de quarto extra, banheiro, telhado, instalações elétricas ou hidráulicas, colocação de piso e acabamentos em geral. Também poderão ser instalados equipamentos de aquecimento solar ou eficiência energética.

Segundo o governo, serão atendidos proprietários de imóveis nos núcleos urbanos selecionados para Regularização Fundiária, com renda mensal de até R\$ 2 mil. É necessário, no entanto, estar no Cadastro Único do governo federal, não possuir outros imóveis no território nacional e o proprietário ser maior de 18 anos ou emancipado.

A previsão é disponibilizar, até o fim do ano, mais R\$ 25 bilhões do FGTS e R\$ 500 milhões do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) para o programa. Os empreendimentos devem gerar, até 2024, mais de 2,3 milhões de novos postos de trabalho diretos, indiretos e induzidos, disse o Planalto.

Há também uma previsão de aporte de R\$ 2,4 bilhões do Orçamento Geral da União (OGU) para o próximo ano, que serão destinados para garantir a continuidade a obras de 185 mil unidades habitacionais contratadas, a retomada de 100 mil residências e os empreendimentos de urbanização em andamento.

Com os seguidos rombos nas contas públicas e Orçamento mais restrito a cada ano, o Minha Casa, Minha Vida passou a conviver com atrasos de repasses e obras atrasadas.

O novo desenho entrará em vigor a partir de uma medida provisória assinada pelo presidente Jair Bolsonaro nesta terça. Com isso, o Congresso precisará cancelar as novas regras. Segundo o Planalto, somente após a publicação da MP, as propostas serão analisadas e aprovadas pelos conselhos curadores do FGTS e do FDS. Ainda neste ano, serão publicados os primeiros editais para a contratação de regularização fundiária e melhorias habitacionais, informou o governo.

#### Entrega de imóveis

Marinho disse que o governo pretende entregar, ao final da gestão, pelo menos 70% das quase 200 mil unidades habitacionais que possui em carteira para famílias da chamada faixa 1, com renda de até R\$ 1,8 mil. Segundo Marinho, cerca de 15 mil das obras paralisadas foram executadas até o momento pelo presidente Jair Bolsonaro.

"Nós chegamos no ministério com algo em torno de 100 mil unidades habitacionais paralisadas e mais de 200 mil (unidades) da faixa 1 ainda a serem entregues. O que nós fizemos? Reiniciamos em torno de 15 mil, que é um trabalho hercúleo, porque você precisa resolver o imbróglio jurídico, o problema ligado à prefeitura, de licença, mas mesmo assim já reiniciamos 15% disso", disse Marinho em entrevista coletiva.

"A gente espera que de 70% a 80% das unidades estejam prontas no final da administração", afirmou. Para isso, diz que seriam necessários pelo menos R\$

2,5 bilhões ao ano para "resolver as obras em andamento". Ainda de acordo com ele, a quantia total de R\$ 5 bilhões até 2021 já está prevista em Orçamento.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Empresas que compraram ativos da Petrobras já investiram quase US\$ 600 milhões em campos de petróleo no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Júlio Rocha

Reprodução

Em meio a polêmica nova rodada da venda de ativos da Petrobras no Rio Grande do Norte, exemplos recentes mostram que a entrada de empresas privadas no setor de petróleo e gás têm mostrado um cenário promissor.

Somente no Rio Grande do Norte, os investimentos realizados já ultrapassam meio bilhão de dólares e trazem perspectivas otimistas, não somente de retomada dos níveis de produção, mas também de reaquecimento da atividade e da economia das regiões produtoras, castigadas pelos desinvestimentos da estatal do petróleo.

Atualmente, pelo menos dez operadoras independentes estão explorando esse mercado em solo potiguar. A maior delas é a Potiguar E&P, ligada ao grupo Petro Recôncavo, que aplicou US\$ 384 milhões somente para arrematar os campos do polo Riacho da Forquilha.

A cadeia produtiva do petróleo e gás potiguar representa, atualmente, 45% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial do Estado, de acordo com a Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (Fiern). Somente nos últimos quatro meses, foi responsável por um repasse de R\$ 36,8 milhões para o estado sob a forma de royalties, sem contar com os repasses para os municípios produtores.

\*Com informações do Sebrae-RN

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Para Renda Brasil chegar a R\$ 300, é preciso cortar deduções do IR, diz Guedes a Bolsonaro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ao presidente Jair Bolsonaro que para o benefício médio do Renda Brasil chegar a R\$ 300, como quer o presidente, é preciso cortar as deduções de saúde e educação do Imposto de Renda.

Como mostrou o Estadão, Bolsonaro achou pouco o valor médio de R\$ 247 para o novo programa pensado pelo governo para substituir o Bolsa Família. Hoje, o valor médio pago pelo programa criado pela gestão petista é de R\$ 190. A criação do Renda Brasil está atrelada a uma reformulação de programas considerados "ineficientes" pela equipe econômica, como abono salarial (benefício de um salário mínimo voltado para quem ganha até dois pisos) e seguro-defeso (pago a pescadores artesanais no período de reprodução dos peixes, quando a pesca é proibida), entre outros.

Guedes disse ao presidente que é possível ampliar o valor para R\$ 300, desde que haja um corte nas deduções do Imposto de Renda. De acordo com os

dados da Receita Federal, os mais ricos são os mais privilegiados com o abatimento de despesas médicas e educacionais da base de cálculo do imposto.

Estudo do Ministério da Economia aponta que as deduções representam o valor mais expressivo -R\$ 15,1 bilhões ao ano- dentre os chamados gastos tributários do governo com saúde. Isso representa quase um terço dos subsídios na área.

Os números mostram que os 19,7% mais ricos abateram R\$ 44,4 bilhões em despesas com saúde na declaração de 2018, que considera os rendimentos obtidos no ano anterior. O valor é mais da metade do total da isenção.

A lei hoje não estabelece nenhum teto para deduções de despesas médicas da base de cálculo do Imposto de Renda. Como geralmente é a população de maior renda que tem mais acesso a serviços médicos particulares, ela é a maior contemplada, ao conseguir abater a totalidade dos gastos. Na prática, no entanto, o benefício tributário acaba sendo usado irregularmente até mesmo para procedimentos estéticos, como aplicação de botox.

O limite para a dedução existe no caso dos gastos com educação - é possível abater até R\$ 3.561,50 por dependente. Para isso, é necessário realizar a declaração completa de IR, ao invés da simplificada, que já abate 20% da renda para fins de tributação.

Mesmo assim, a política também beneficia mais a alta renda. Os dados mostram que esse subsídio tributário somou R\$ 4,2 bilhões no ano passado - quando foi recolhido o IR referente ao ano-calendário de 2018.

Esse é o segundo maior gasto tributário (ou seja, a receita de que a União abre mão) ligado à área, só atrás das isenções para entidades educacionais sem fins lucrativos, que somaram R\$ 4,6 bilhões em 2019.

Documento do Ministério da Economia divulgado neste mês mostra que há uma concentração de 79% das deduções de educação no grupo dos 20% mais ricos do País, enquanto os investimentos em ensino público têm 67% dos recursos voltados para a metade mais pobre da população. Além disso, 54,7% total de deduções se concentra na Região Sudeste, enquanto a Região Norte responde por apenas 2,7% do benefício tributário.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Só 5 Estados vão ter força para sair da crise até 2021, diz estudo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

Apenas cinco Estados brasileiros devem encerrar o ano de 2021 com Produto Interno Bruto (PIB) acima do nível pré-pandemia (2019). São eles: Mato Grosso do Sul, Pará, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Goiás - puxados, sobretudo, por commodities agrícolas e minerais. O restante precisará de um impulso maior para recuperar os estragos provocados pela covid-19 na sua economia, segundo levantamento feito pela Tendências Consultoria Integrada.

A pandemia pegou os Estados brasileiros num movimento de lenta recuperação, especialmente por causa da grave crise fiscal enfrentada pela maioria, com despesas de pessoal elevadas e arrecadação fiscal ainda baixa. No começo deste ano, a expectativa era de que, apesar do crescimento previsto para 2020, apenas metade deles retomaria o nível pré-crise de 2013 e 2014.

A situação, que já era ruim, ficou pior com a pandemia. A recuperação deve continuar em ritmo lento, já que 2020 está praticamente perdido. 'A atividade econômica

do ano que vem dependerá de uma série de condicionantes, como a própria evolução da pandemia e o reflexo de questões políticas na agenda econômica, com destaque para a questão fiscal', diz o economista da Tendências Lucas Assis.

Nesse cenário, os poucos que vão se sobressair têm motivos de sobra para comemorar. Mato Grosso do Sul deve ser o Estado mais resiliente no biênio 2020-2021 e deverá exceder em 2,7% o PIB de 2019. O desempenho será reflexo do avanço da produção agropecuária e da produção industrial.

'Com localização privilegiada, próxima de São Paulo, a indústria de celulose do Estado deve ser favorecida pela expectativa de ampliação da demanda asiática por papel tissue, pela tendência estrutural de substituição do plástico por produtos de papel e pelo câmbio brasileiro desvalorizado', explica Assis.

Segundo ele, Mato Grosso e Goiás também serão beneficiados pela estrutura produtiva da região, pouco sensível à dinâmica nacional. O que deve puxar para baixo o resultado do Centro-Oeste é o desempenho do Distrito Federal, muito dependente dos serviços públicos. De acordo com o relatório, a capital federal (e adjacências) pode ser prejudicada pelo fato de a população local ser, notadamente, formada por migrantes de todas as regiões brasileiras. Com a transformação digital do trabalho, promovida pela pandemia, muitos puderam retornar aos seus Estados de origem.

No Pará, outro Estado que deve superar o PIB de 2019, o desempenho será influenciado sobretudo pela normalização da produção de alumínio e pela expansão da produção de minério de ferro no Sistema Norte da Vale, composto pelas minas de Carajás e S11D. O quinto Estado a recuperar as perdas deste ano será o Rio de Janeiro, com o avanço esperado da produção de petróleo e gás natural. A atividade será impulsionada pelo crescimento das operações das plataformas inauguradas na Bacia de Campos, em 2019, e pela

previsão de entrada em operação da nova unidade P-70.

#### Auxílio

Segundo Assis, apesar da perspectiva de expansão da atividade econômica no ano que vem, o País continuará 4,2% abaixo do PIB registrado em 2019. Neste ano, a previsão da consultoria é de uma queda de 7,3% e, em 2021, um avanço de 3,4%. Mas esses números podem ter alguma alteração dependendo da prorrogação do auxílio emergencial e do valor a ser pago, diz ele.

Esse efeito poderá aliviar um pouco a situação crítica do Nordeste, por exemplo, cujo PIB continuará 5% abaixo do verificado em 2019. O economista do Itaú Unibanco Luka Barbosa diz que tem sido claro que os locais com maior repasse tem tido consumo maior. E isso está ocorrendo no Nordeste.

Para Assis, no entanto, as condições do mercado de trabalho nordestino são bastante frágeis, com elevada informalidade, alta proporção de domicílios em extrema pobreza e grande participação de empresas de pequeno porte. 'Além disso, a região é extremamente dependente das transferências federais, que podem diminuir com a arrecadação menor', afirmou o economista.

No Sudeste, apesar do bom desempenho do Rio de Janeiro, os demais Estados terão dificuldade para retomar o nível de 2019. Com alta participação de setores sensíveis à dinâmica econômica, São Paulo deve ser afetado pelos choques negativos na demanda e oferta em segmentos como o de veículos automotores.

#### Por Terra

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Para Renda Brasil chegar a R\$ 300, é preciso cortar deduções do IR, diz Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ao presidente Jair Bolsonaro que para o benefício médio do Renda Brasil chegar a R\$ 300, como quer o presidente, é preciso cortar as deduções de saúde e educação do Imposto de Renda.

Como mostrou o Estadão, Bolsonaro achou pouco o valor médio de R\$ 247 para o novo programa pensado pelo governo para substituir o Bolsa Família. Hoje, o valor médio pago pelo programa criado pela gestão petista é de R\$ 190. A criação do Renda Brasil está atrelada a uma reformulação de programas considerados "ineficientes" pela equipe econômica, como abono salarial (benefício de um salário mínimo voltado para quem ganha até dois pisos) e seguro-defeso (pago a pescadores artesanais no período de reprodução dos peixes, quando a pesca é proibida), entre outros.

Nesta terça-feira, 25, Bolsonaro disse a parlamentares que deseja manter valor do Renda Brasil igual últimas parcelas previstas do auxílio emergencial de R\$ 300.

Com isso, o governo quer evitar que o programa de assistência social para substituir Bolsa Família comece com o desgaste de um valor menor do que o benefício pago atualmente a informais para enfrentar a crise provocada pela pandemia. O auxílio emergencial é visto como um dos fatores que fizeram o presidente atingir a maior índice de popularidade desde o início do governo.

Guedes disse ao presidente que é possível ampliar o valor para R\$ 300, desde que haja um corte nas deduções do Imposto de Renda. De acordo com os dados da Receita Federal, os mais ricos são os mais privilegiados com o abatimento de despesas médicas e educacionais da base de cálculo do imposto.

Estudo do Ministério da Economia aponta que as deduções representam o valor mais expressivo -R\$ 15,1 bilhões ao ano- dentre os chamados gastos tributários do governo com saúde. Isso representa quase um terço dos subsídios na área.

Os números mostram que os 19,7% mais ricos abateram R\$ 44,4 bilhões em despesas com saúde na declaração de 2018, que considera os rendimentos obtidos no ano anterior. O valor é mais da metade do total da isenção.

A lei hoje não estabelece nenhum teto para deduções de despesas médicas da base de cálculo do Imposto de Renda. Como geralmente é a população de maior renda que tem mais acesso a serviços médicos particulares, ela é a maior contemplada, ao conseguir abater a totalidade dos gastos. Na prática, no entanto, o benefício tributário acaba sendo usado irregularmente até mesmo para procedimentos estéticos, como aplicação de botox.

O limite para a dedução existe no caso dos gastos com educação - é possível abater até R\$ 3.561,50 por dependente. Para isso, é necessário realizar a declaração completa de IR, ao invés da simplificada,

que já abate 20% da renda para fins de tributação.

Mesmo assim, a política também beneficia mais a alta renda. Os dados mostram que esse subsídio tributário somou R\$ 4,2 bilhões no ano passado - quando foi recolhido o IR referente ao ano-calendário de 2018.

Esse é o segundo maior gasto tributário (ou seja, a receita de que a União abre mão) ligado à área, só atrás das isenções para entidades educacionais sem fins lucrativos, que somaram R\$ 4,6 bilhões em 2019.

Documento do Ministério da Economia divulgado neste mês mostra que há uma concentração de 79% das deduções de educação no grupo dos 20% mais ricos do País, enquanto os investimentos em ensino público têm 67% dos recursos voltados para a metade mais pobre da população. Além disso, 54,7% total de deduções se concentra na Região Sudeste, enquanto a Região Norte responde por apenas 2,7% do benefício tributário.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Portaria estende antecipação de auxílio por incapacidade



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: [www.potenginainternet.com](http://www.potenginainternet.com)

Foi publicada na edição do Diário Oficial da União, desta segunda-feira (24/8), a Portaria Conjunta nº 47 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que disciplina a operacionalização da antecipação de parcelas de salário mínimo mensal ao requerente do auxílio por incapacidade temporária (antes denominado de auxílio-doença). Esta antecipação foi estabelecida pela Lei nº 13.982/2020, em razão da emergência de saúde pública da covid-19, segundo o Governo Federal.

Segundo o INSS, a norma prevê a antecipação de um salário pelo período definido em atestado médico. | Fernando Araújo/Diário do Pará

O normativo prevê que a antecipação de um salário mínimo mensal será devida pelo período definido em atestado médico, limitado a sessenta dias. Anteriormente, este prazo estava limitado a trinta dias. Os atestados serão submetidos a análise de conformidade pela Subsecretaria de Perícia Médica

Federal da Secretaria de Previdência e pelo INSS.

O beneficiário poderá ainda requerer a prorrogação da antecipação do auxílio com base no período de repouso informado no atestado médico anterior ou solicitar novo requerimento mediante apresentação de novo atestado médico, limitada a prorrogação da antecipação também ao prazo de sessenta dias.

### REQUERIMENTO

Caso o período estimado de repouso informado no atestado médico não corresponda a mês completo, o valor antecipado será proporcional ao número dias, na razão de 1/30 do salário mínimo mensal por dia. O requerimento da antecipação deverá ser anexado por meio do site ou do aplicativo 'Meu INSS' e mediante declaração de responsabilidade pelos documentos apresentados. O atestado médico deverá estar legível e sem rasuras; conter a assinatura do profissional emissor e o carimbo de identificação, com registro do respectivo Conselho de Classe ou Registro Único do Ministério da Saúde (RMS); conter as informações sobre a doença ou Código Internacional de Doenças (CID); e ainda conter o período estimado de repouso necessário.

### SUSPENSÃO

Atualmente, o atendimento presencial das Agências da Previdência Social está suspenso em razão da pandemia da covid-19, com previsão de retorno previsto para 14 de setembro. Com o retorno do atendimento presencial, a portaria define que, somente poderá requerer a antecipação do auxílio, o segurado que residir em município localizado a mais de setenta quilômetros de distância da agência mais próxima, em que haja unidade de atendimento da Perícia Médica Federal com o serviço de agendamento disponível.

Diário do Pará

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN -

**ECONOMIA**

## Flávio Bolsonaro é diagnosticado com Covid-19. Saiba o estado de saúde dele



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: [www.potenginainternet.com](http://www.potenginainternet.com)

O senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) foi diagnosticado nesta segunda (24) com Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, informou a assessoria do parlamentar.

Wilson Dias/Agência Brasil.

Flávio está sem sintomas e em isolamento em sua residência em Brasília. O senador está utilizando hidroxicloroquina e azitromicina, embora ainda não haja comprovação médica para a eficácia desses medicamentos no tratamento da Covid-19.

Flávio Bolsonaro é investigado sob suspeita dos crimes de peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa pela prática da "rachadinha" durante o mandato de deputado estadual no Rio de Janeiro. O esquema consiste na devolução do salário de assessores ao parlamentar e teria como operador financeiro o ex-assessor e amigo da família Bolsonaro

Fabrizio Queiroz.

O senador nega as suspeitas levantadas pelos investigadores. Em entrevista ao jornal O Globo, ele disse que Queiroz eventualmente pagou despesas suas, mas com dinheiro seu de fonte lícita. Dados de suas contas, porém, não mostram saques no período.

O senador é o quarto da família Bolsonaro a confirmar publicamente ter sido infectado pelo vírus. Antes dele, já foram infectados seu pai e presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), a primeira-dama Michelle Bolsonaro, e seu meio-irmão, Jair Renan.

Segundo o presidente e a primeira-dama, ambos não estão mais com o novo coronavírus. A mãe de Jair Renan e ex-mulher de Jair Bolsonaro, Ana Cristina Siqueira Valle, publicou nas redes sociais que o filho também está curado.

Bolsonaro acumulou declarações que minimizaram a pandemia, colocou preocupações com a economia acima da gravidade da doença e desaconselhou a quarentena como forma de reduzir o contágio.

O presidente também insistiu na cloroquina como remédio para a Covid-19, embora não haja evidências científicas de que o medicamento tenha efeito para tratar a doença.

Poucos dias depois de o Brasil atingir 100 mil mortos pelo novo coronavírus, pesquisa Datafolha mostrou que os brasileiros estão divididos em relação à responsabilidade de Bolsonaro pela trágica marca. Quase metade deles, 47%, diz acreditar que o presidente não tem culpa nenhuma pelos óbitos.

Os que acham que Bolsonaro tem responsabilidade somam 52% -são 11% os que o veem como o principal culpado e 41% os que dizem que ele é um dos culpados, mas não o principal.

FOLHAPRESS

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN -  
ECONOMIA

## Empresas que compraram ativos da Petrobras no Estado já investiram quase US\$ 600 milhões em campos de petróleo no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Júlio Rocha

### Reprodução

Em meio a polêmica nova rodada da venda de ativos da Petrobras no Rio Grande do Norte, exemplos recentes mostram que a entrada de empresas privadas no setor de petróleo e gás têm mostrado um cenário promissor.

Somente no Rio Grande do Norte, os investimentos realizados já ultrapassam meio bilhão de dólares e trazem perspectivas otimistas, não somente de retomada dos níveis de produção, mas também de reaquecimento da atividade e da economia das regiões produtoras, castigadas pelos desinvestimentos da estatal do petróleo.

Atualmente, pelo menos dez operadoras independentes estão explorando esse mercado em solo potiguar. A maior delas é a Potiguar E&P, ligada ao grupo Petro Recôncavo, que aplicou US\$ 384 milhões somente para arrematar os campos do polo Riacho da Forquilha.

A cadeia produtiva do petróleo e gás potiguar representa, atualmente, 45% do Produto Interno Bruto (PIB) industrial do Estado, de acordo com a Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (Fiern). Somente nos últimos quatro meses, foi responsável por um repasse de R\$ 36,8 milhões para o estado sob a forma de royalties, sem contar com os repasses para os municípios produtores.

\*Com informações do Sebrae-RN

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Bolsonaro assina MP que cria Casa Verde e Amarela, novo 'Minha casa, minha vida'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Júlio Rocha

Foto: Reprodução/PR

O presidente Jair Bolsonaro anunciou, nesta terça-feira (dia 25), o novo programa habitacional do governo, batizado de Casa Verde e Amarela, que substituirá o 'Minha casa, minha vida', criado na gestão petista. A meta do presidente é beneficiar 1,6 milhão de famílias, sobretudo, das regiões Norte e Nordeste até 2024 e construir 350 mil moradias.

O programa foi criado por medida provisória e faz parte da estratégia do governo de imprimir a sua marca na política habitacional para a baixa renda, já considerando as eleições de 2022.

O anúncio foi feito em cerimônia no Palácio do Planalto, sem a presença do ministro da Economia, Paulo Guedes. O Casa Verde e Amarela foi capitaneado pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, que tem divergido de Guedes sobre a

necessidade de ampliar gastos públicos.

Para financiar o novo projeto, o governo continuará utilizando o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que vai investir mais R\$ 25 bilhões do fundo dos trabalhadores no programa, até o fim deste ano, e mais R\$ 500 milhões que estavam parados no Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), nos próximos quatro anos.

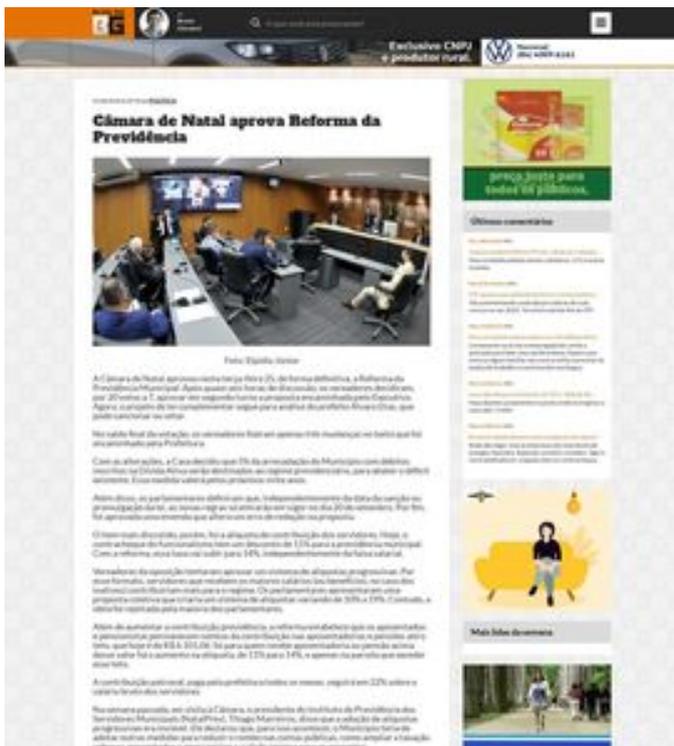
Uma das novidades em relação ao 'Minha casa, minha vida' é a redução das taxas de juros, que será maior nas regiões Norte e Nordeste. Nessas localidades, a taxa cairá em até 0,5 ponto percentual para famílias com renda de até R\$ 2 mil mensais e 0,25 p.p. para quem ganha entre R\$ 2 mil e R\$ 2.600. O percentual ficará em 4,25% ao ano e nas demais regiões em 4,5%.

As taxas atualmente variam entre 5% ao ano, para famílias com renda de até R\$ 2.600, e 5,5% ao ano, para quem tem rendimento mensal de até R\$ 4 mil.

Extra

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Câmara de Natal aprova Reforma da Previdência



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Foto: Elpídio Júnior

A Câmara de Natal aprovou nesta terça-feira 25, de forma definitiva, a Reforma da Previdência Municipal. Após quase seis horas de discussão, os vereadores decidiram, por 20 votos a 7, aprovar em segundo turno a proposta encaminhada pelo Executivo. Agora, o projeto de lei complementar segue para análise do prefeito Álvaro Dias, que pode sancionar ou vetar.

No saldo final da votação, os vereadores fizeram apenas três mudanças no texto que foi encaminhado pela Prefeitura.

Com as alterações, a Casa decidiu que 5% da arrecadação do Município com débitos inscritos na Dívida Ativa serão destinados ao regime previdenciário, para abater o déficit existente. Essa medida valerá pelos próximos vinte anos.

Além disso, os parlamentares definiram que, independentemente da data da sanção ou promulgação

da lei, as novas regras só entrarão em vigor no dia 20 de setembro. Por fim, foi aprovada uma emenda que altera um erro de redação na proposta.

O item mais discutido, porém, foi a alíquota de contribuição dos servidores. Hoje, o contracheque do funcionalismo tem um desconto de 11% para a previdência municipal. Com a reforma, essa taxa vai subir para 14%, independentemente da faixa salarial.

Vereadores da oposição tentaram aprovar um sistema de alíquotas progressivas. Por esse formato, servidores que recebem os maiores salários (ou benefícios, no caso dos inativos) contribuiriam mais para o regime. Os parlamentares apresentaram uma proposta coletiva que criaria um sistema de alíquotas variando de 10% a 19%. Contudo, a ideia foi rejeitada pela maioria dos parlamentares.

Além de aumentar a contribuição previdência, a reforma estabelece que os aposentados e pensionistas permanecem isentos da contribuição nas aposentadorias e pensões até o teto, que hoje é de R\$ 6.101,06. Só para quem recebe aposentadoria ou pensão acima desse valor há o aumento na alíquota, de 11% para 14%, e apenas na parcela que exceder esse teto.

A contribuição patronal, paga pela prefeitura todos os meses, seguirá em 22% sobre o salário bruto dos servidores.

Na semana passada, em visita à Câmara, o presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais (NatalPrev), Thiago Marreiros, disse que a adoção de alíquotas progressivas era inviável. Ele declarou que, para isso acontecer, o Município teria de adotar outras medidas para reduzir o rombo nas contas públicas, como ampliar a taxa sobre os aposentados e pensionistas e a idade mínima para se aposentar.

Datas

No dia 28 de julho, a reforma tinha sido aprovada em primeiro turno na Câmara, por unanimidade. Agora, na segunda votação, foram 20 votos favoráveis e 7 contrários.

Originalmente, a votação do texto em segundo turno aconteceria no dia 31 de julho. O projeto, porém, foi retirado de pauta depois que o Ministério da Economia estendeu o prazo para que estados e municípios se adequem ao regime geral de Previdência, reformado no fim de 2019 pela Emenda Constitucional 103.

Com o novo prazo, governos estaduais e prefeituras que têm regime próprio de previdência precisam aprovar suas reformas até 30 de setembro. Se não o fizerem, governadores e prefeitos podem sofrer penalidades, como a proibição de receber repasses de verbas federais, de firmar convênios e de contratar empréstimos com aval da União.

A votação do segundo turno começou na quinta-feira passada, dia 20 de agosto, mas não foi concluída por falta de acordo sobre as alíquotas. Nesta terça, a análise foi concluída com a rejeição a propostas de mudanças.

#### A situação da Previdência Municipal

Além de atender à determinação federal, a reforma tem o objetivo de reduzir o déficit do regime próprio de previdência em Natal.

Em Natal, o regime previdenciário funciona segundo o modelo de 'segregação de massas', com dois fundos. Isso significa que quem ingressou no serviço público municipal até 2002 está ligado ao Fundo Financeiro de Previdência (Funfipre). Já quem foi contratado de 2002 para cá está segurado pelo Fundo Capitalizado de Previdência (Funcapre).

O Funcapre é superavitário. Ou seja, arrecada mais do que o que gasta com benefícios. De acordo com o NatalPrev, o saldo do patrimônio líquido desse fundo era, em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 494,5 milhões.

O recurso, que segue guardado, é fruto das contribuições dos servidores e da própria Prefeitura, que renderam a uma taxa de 12,22% no ano passado. A verba servirá para pagar aposentadorias e pensões no futuro.

No outro fundo, o Funfipre, há déficit. Todos os meses, a Prefeitura do Natal precisa aplicar uma média de R\$ 15 milhões para cobrir a diferença entre o que foi arrecadado e o que precisa ser pago de benefícios previdenciários. Em todo o ano de 2019, foram R\$ 195,5 milhões extraídos do Tesouro Municipal para cobrir o déficit financeiro desse fundo.

De acordo com o NatalPrev, no ano passado, foram aposentados 412 servidores, o que fez com que o regime próprio de Previdência de Natal encerrasse 2019 com 4.417 aposentados e 1.120 pensionistas, considerando os dois fundos. O universo total de segurados é de mais de 17,6 mil servidores públicos.

Agora RN

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Negociação de ativos pode demorar um ano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Quatorze meses após garantir a políticos potiguares a permanência da exploração de ativos no Rio Grande do Norte, a Petrobras colocou à venda tudo o que se relaciona à produção de petróleo e gás natural no Estado. Restou apenas o projeto do Campo de Pitu, em alto-mar, que ainda está em fase de estudo de viabilidade de exploração. O processo de venda dos 26 ativos anunciado no início desta semana vai levar de seis meses a um ano, segundo o diretor de Relacionamento Institucional da estatal, Roberto Ardenghy, em entrevista exclusiva à TRIBUNA DO NORTE. De acordo com o Governo do Estado, que se posiciona contra o anúncio da petroleira, a saída do estatal coloca em risco cerca de 5,6 mil empregos diretos e indiretos, além da arrecadação de impostos.

A concessão dos ativos no Rio Grande do Norte é continuidade do plano de desinvestimento, iniciado em 2012, da Petrobras em campos terrestres e águas rasas, característica de todos os campos de produção da Bacia Potiguar. Desde então, a empresa foca os recursos na exploração e produção de petróleo em águas profundas. 'Estamos focando nossos investimentos em águas profundas, que é a maior

expertise da estatal, e vendendo ativos para abater uma dívida bilionária que aumenta os juros pagos pela Petrobras', afirmou Ardenghy.

Segundo o teaser divulgado pela Petrobras, as propostas dos interessados nos campos - que serão vendidos em bloco único - devem ser entregues até o dia 10 de setembro. Entretanto, o processo inteiro de venda deve levar de seis meses a um ano. 'Esse é um processo que demora de seis meses a um ano, dependendo da característica que o processo anda. A gente espera que em meados do ano que vem, a gente já possa ter formalizado o comprador para que ele já possa entrar o ativo', confirmou o diretor.

A produção do petróleo nos campos do Rio Grande do Norte atualmente é de 23 mil barris por dia, menos da metade do que apenas um poço de pré-sal produz (50 mil por dia). Segundo Ardenghy, o volume de petróleo produzido em campos terrestres não é mais vantajoso por 'estratégia da empresa' e pode ser alavancada se for vendida para empreiteiras de menor porte, com reflexos na geração de emprego e royalties.

### Investimentos em queda

Em seis anos, entre 2012 e 2018, os investimentos da companhia no RN diminuíram R\$ 931 milhões e 6,9 mil postos de trabalho foram cortados. Além disso, 46 de 70 concessões da Bacia Potiguar já foram vendidas pela estatal. Com o novo anúncio de vendas, a Petrobras encerra um ciclo de desinvestimento no Rio Grande do Norte. As vendas já realizadas, de ativos de menor portes, renderam R\$ 2,1 bilhões à Petrobras.

### Governo ressalta danos à economia

Segundo o Governo do RN, a venda dos 26 ativos, incluindo a Refinaria Clara Camarão, põe em risco 5,6 mil empregos diretos. São 1,4 mil efetivos e 4,2 mil terceirizados. A estatal representa 52% do Produto Interno Bruto (PIB) da Indústria do Rio Grande do Norte. 'Estamos falando de uma empresa que é o maior ativo

do ponto de vista de promoção do desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Norte", declarou a governadora Fátima Bezerra (PT).

Por outro lado, a Petrobras defende que a venda dos ativos não significa a saída do RN. Ardenghy informou que a estatal permanece com o estudo de campos em alto-mar principal interesse da estatal hoje - nos blocos exploratórios de Pitu, que podem gerar novos investimentos no futuro. Esses campos devem levar de cinco a seis anos para serem explorados, se for encontrado petróleo. 'A Petrobras continua procurando em campo marítimo, mas de fato esses ambientes terrestres de menor tamanho não fazem mais sentido no portfólio da empresa. Continuamos interessados no Nordeste e no Rio Grande do Norte, mas com outro tipo de projeto', declarou Roberto Ardenghy.

Mesmo com a garantia de permanecer no Rio Grande do Norte, um dos ativos à venda é a Refinaria Clara Camarão, que produz gasolina, querosene de aviação e gás. Segundo Ardenghy, a venda da refinaria teve o objetivo de deixar a proposta 'mais atrativa' e que não valeria a pena mantê-la inativa, já que os campos em estudo ainda devem levar anos antes de terem operações.

Fátima está 'surpresa e indignada'

A governadora Fátima Bezerra disse nesta terça-feira que foi surpreendida com a notícia da venda dos ativos da Petrobras. Para a governadora, a direção da estatal 'quebrou a palavra' que havia dado ao governo estadual em duas reuniões, em maio do ano passado e fevereiro deste ano. 'Somos contra a saída de uma empresa do porte da Petrobras acontecer dessa maneira, quebrando a palavra que havia nos dado de que iria mesclar o investimento público com o privado', disse Fátima Bezerra em coletiva de imprensa. O governo pede uma audiência com a diretoria da Petrobras em caráter de urgência.

Créditos: Alex Régis Governadora criticou o que chamou de saída sem comunicação

Fátima Bezerra considerou que a venda significa a saída total da Petrobras do RN de 'maneira apressada'. 'É uma falta de respeito. Quero externar a minha indignação da forma como a Petrobras está agindo. Nós soubemos dessa notícia através da imprensa. Não houve nenhum comunicado prévio ao governo e às entidades representativas. Estamos falando de receitas, royalties e projetos para ações de cidadania, mas sobretudo de empregos. São mais de 5 mil empregos no Rio Grande do Norte. E essa notícia de que a Petrobras está saindo definitivamente do Estado, no momento em que enfrentamos o contexto da pandemia com impactos violentos para a atividade econômica, é extremamente preocupante", declarou a governadora.

As reuniões citadas pela governadora com o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, aconteceram em maio do ano passado e em fevereiro deste ano. Nelas, o presidente garantiu, por exemplo, a permanência da Refinaria Clara Camarão, um dos ativos à venda. Três blocos marítimos também seriam mantidos. 'O Estado sempre foi, é, e será muito importante para a Petrobras', declarou o presidente da estatal à época.

Com a venda dos 26 ativos, no entanto, a Petrobras permanece apenas com a análise de quatro blocos exploratórios em alto-mar e três Planos de Avaliação de Descobertas em águas profundas. Esses blocos ainda estão em fase de pesquisa e podem ou não serem explorados no futuro.

O desinvestimento atual da Petrobras no Rio Grande do Norte já acontece desde 2012. Em 2017, a estatal optou por focar os investimentos em campos de alto-mar, diferente dos campos da Bacia Potiguar, que são terrestres e em águas rasas. O governo estadual informou que estava ciente destes planos, mas que esperava a permanência da Petrobras pelas audiências da governadora com o presidente da estatal.

Entidades comemoram oferta de ativos

Entidades independentes ligadas ao setor produtivo de petróleo comemoraram o anúncio da venda dos ativos do

Polo Potiguar pela Petrobras no início desta semana. O presidente da Associação Redepetro RN, Gutemberg Dias, disse em nota enviada à imprensa que a negociação provocará reviravolta no mercado, pois substituirá o desinvestimento da Petrobras por aportes da iniciativa privada.

'A saída da Petrobras não significa o fim da atividade petrolífera no RN. Pelo contrário. Trará oportunidades para toda a cadeia produtiva', declarou Dias. Ele citou o exemplo do campo Riacho da Forquilha, em Mossoró, recentemente adquirido pela empresa Potiguar E&P. 'Em apenas seis meses após assumir o campo, a produção aumentou 30%'. Para Gutemberg Dias, a negociação dos ativos da Petrobras e a aquisição deles por empresas independentes e menores transformam o Rio Grande do Norte em referência nacional na revitalização de campos terrestres (onshore).

'A decisão da Petrobras não é um revés, mas uma virada no mercado. No lugar de uma petrolífera sem interesse de investir, chegarão empresas de grande porte, decididas a novos investimentos', ressaltou. Para ele, as empresas que assumirão os ativos contratarão mão de obra, sublocarão empresas menores, comprarão no comércio local e movimentarão a cadeia econômica no Estado.

Conforme apontou, a Petrobras precisa esclarecer se a venda do polo será única ou fracionada. 'Seria interessante que várias empresas comprassem o ativo potiguar, porque novos entrantes gerariam mais negócios. Nossa ressalva é que haja pluralidade para dinamização do negócio, e não a venda de todo o polo para uma única empresa', ponderou o presidente da Redepetro.

O secretário executivo da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo (ABPIP), Anabal Santos Jr., o Estado do Rio Grande do Norte tem se tornado o berço do renascimento da indústria onshore no Brasil. 'Contribuindo para que a Bacia Potiguar mantenha o posto de maior produtora em terra do país, o que se comprova pelo fato de que o Estado saiu na frente em face das primeiras transações resultantes do

programa de desinvestimento da Petrobras', analisou Anabal Santos Jr. Num artigo enviado à TRIBUNA DO NORTE, ele esclarece demais pontos positivos da venda dos ativos da Petrobras no RN.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

## Comércio mais otimista



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Luiz antônio felipe

O índice de confiança do comércio no País está em crescimento, subiu 10,5 pontos em agosto ante julho, mostra o levantamento da Fundação Getulio Vargas (FGV). É a quarta alta consecutiva, mas em médias móveis trimestrais, o indicador teve incremento de 9,7 pontos. 'O resultado foi influenciado principalmente pela melhora da percepção sobre o momento atual, mas ainda com aumento do otimismo para os próximos meses. Apesar dos resultados positivos, a velocidade da recuperação não tem sido homogênea entre os segmentos', avalia Rodolpho Tobler, coordenador da Sondagem do Comércio no Ibre/FGV. Nos Estados Unidos, ao contrário do Brasil, o Índice de Confiança do Consumidor caiu a 84,8% em agosto.

### Segmentos

Em agosto melhorou a confiança em todos os seis principais segmentos do comércio. O Índice de Situação Atual (ISA-COM) avançou 13,6 pontos, para 102 pontos, o maior patamar desde agosto de 2013, quando estava em 105,2 pontos. Já o Índice de Expectativas (IE-COM)

subiu 6,8 pontos, para 91,3 pontos.

### Imóveis (I)

Lançado ontem pelo Governo Federal mais um 'novo programa de habitação'. É o Casa Verde e Amarela com carteira diversificada e atuação para ampliar o acesso da população à moradia digna. O foco inicial é a regularização fundiária, melhoria habitacional e redução da taxa de juro, para atender 1,6 milhão de pessoas.

### Imóveis (II)

Mesmo com pandemia, vendas de imóveis caíram apenas 2,2% no primeiro semestre de 2020 em relação a 2019. No segundo trimestre, o Brasil registrou uma queda de 16,6% nas vendas de imóveis residenciais novos (apartamentos), em relação ao trimestre anterior. Antes da pandemia, o setor da construção e imobiliário já se arrastava na crise de quase uma década.

### Moedas

O dólar fechou cotado a R\$ 5,527, baixa de -1,16%, recuou em linha com o exterior, mas risco fiscal segue no radar. O Ibovespa com baixa de 0,18% a 102.118 pontos. O preço do petróleo (spot) subiu a U\$ 43,36, pequena alta de +0,98%. Já o superávit em transações correntes do Brasil alcança US\$1,628 bilhões, em julho, acima do esperado.

### Crescimento do petróleo

Apenas com a produção mensal no Campo de Búzios, com quatro plataformas, no pré-sal da Bacia de Santos, a Petrobras se destaca no mundo. Os recordes de produção mensal são freqüentes em média de 615 mil barris de óleo por dia e 765 mil barris de óleo equivalente por dia. O campo de Búzios, descoberto em 2010, reúne tudo o que qualquer petroleira gostaria: é o maior campo de petróleo em águas profundas do mundo; ativo de classe mundial, com reservas substanciais, baixo risco e baixo custo de extração.

### Petróleo

Com baixa rentabilidade, a Petrobras vai se desfazendo da totalidade de suas operações no RN, em um conjunto de 26 concessões de campos de produção terrestres e de águas rasas, na Bacia Potiguar. Uma concessão que pode ser muito disputada. Está incluída no negócio a Refinaria Clara Camarão, em Guamaré, refino de 39.600 barris/dia. Que venham grandes investidores.

### Crédito (I)

A Caixa Econômica começa a operar as novas linhas de crédito para pequenas e médias empresas, frente aos impactos econômicos decorrentes da pandemia da COVID-19. O prazo total da operação é de até 60 meses, sendo para as pequenas empresas a taxa de juros é a partir de 0,63% ao mês. A taxa de juros para as médias empresas é a partir de 0,53% ao mês.

### Crédito (II)

A Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN-RN) diz que garantiu apoio a mais de 2,6 mil negócios em meio à pandemia no RN. O volume de recursos liberados em condições especiais alcança R\$ 13,08 milhões em financiamentos para diversos segmentos da economia potiguar.

### Agronegócio

O Ipea projeta crescimento de 3,2% para o PIB agropecuário em 2021. A projeção para 2020, no entanto, foi revista de 2% para 1,5%. Apesar da melhora das estimativas para a lavoura, de 3% para 3,6% em 2020, a pecuária deve recuar 2,8%, devido à queda de 6,3% estimada para a produção de carne bovina.

### Recorde

O Brasil terá safra recorde de 278,7 milhões de toneladas em 20/21 puxada por soja e milho, alta de 8% ante a temporada anterior, afirmou a Conab em sua

primeira projeção para o novo ciclo. Aumento de 7% na área plantada com milho, apontando para uma produção total de 112,9 milhões de toneladas.

### Proteção

A Lei de Proteção de Dados Pessoais deve entrar em vigor em 2021, a partir de 1º de janeiro. Há uma pressão da parte dos empresários para o adiamento do prazo da entrada em vigor da LGPD. De acordo com a entidade, o adiamento possibilitará que todo o setor privado possa se preparar num ambiente menos desafiador, sem a pandemia.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Programa tem foco no Nordeste



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O governo federal lançou ontem o programa habitacional Casa Verde e Amarela, que substituirá o Minha Casa, Minha Vida (MCMV), criado no governo Lula, em 2009. O objetivo é atender 1,6 milhão de famílias de baixa renda com o financiamento habitacional até 2024, com foco no Norte e Nordeste.

A ideia é que nas duas regiões seja oferecida uma taxa de juros a partir de 4,25%. E um porcentual a partir de 4,5% para as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

O ministro de Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, disse que é uma "questão de justiça". "Por que o Norte e o Nordeste se outras regiões também têm problema de déficit habitacional? O que estamos verificando, quando se abre financiamento habitacional no Brasil, normalmente Sudeste, Sul e Centro-Oeste se apropriam do recurso com rapidez muito maior, porque as famílias nordestinas possuem uma faixa de renda muito deprimida", justificou Marinho, que é natural de Natal (RN). O déficit habitacional no Brasil todo é estimado em 6 milhões de moradias.

Sempre ao lado de Marinho, Bolsonaro tem feito mais

viagens ao Nordeste, a única onde ele foi derrotado pelo candidato petista Fernando Haddad nas eleições de 2018. Desde o fim de julho, o presidente já visitou seis cidades da região. Como mostrou o Estadão, o foco na região é para capitalizar medidas aprovadas pelo Congresso e obras iniciadas em gestões passadas.

Diferente do Minha Casa, Minha Vida, o novo programa não será mais composto de faixas. Segundo o diretor do Departamento de Produção Habitacional, do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), Helder Melillo, as famílias do grupo 1 (os mais pobres) poderão ser atendidas com financiamento habitacional com juros reduzidos, com uma unidade subsidiada (o governo não divulgou o valor do subsídio) ou ainda com a regularização fundiária e pequenas reformas em suas casas.

Marinho sinalizou que o novo programa não deve, no momento, contemplar novas famílias na faixa com maiores subsídios. "As pessoas perguntam, 'vai reiniciar o faixa um?'. Temos quase 200 mil unidades em carteira. Seria irresponsabilidade da nossa parte iniciar novas unidades habitacionais sem terminar as que estão sendo construídas. Nossa prioridade é terminar o que foi começado", afirmou. O ministro prometeu entregar, pelo menos, 70% dos imóveis que estão parados até o fim da sua gestão.

### Regularização fundiária

O novo programa ainda conta com um braço de regularização fundiária e melhoria, por meio de reformas, em residências de pessoas de baixa renda. A meta é regularizar 2 milhões de casas e realizar melhorias em 400 mil até 2024. De acordo com o MDR, o custo individual será de R\$ 500 a R\$ 20 mil.

No caso da regularização, o governo informou que o programa contemplará áreas ocupadas, "majoritariamente", por famílias com renda de até R\$ 5 mil mensais que vivem em núcleos urbanos informais.

Já as melhoras nas residências contemplam reformas e ampliação do imóvel, como construção de quarto extra, banheiro, telhado, instalações elétricas ou hidráulicas, colocação de piso e acabamentos em geral. Segundo o governo, serão atendidos proprietários de imóveis nos núcleos urbanos selecionados para Regularização Fundiária, com renda mensal de até R\$ 2 mil.

A previsão é que o programa conte, até o fim do ano, com R\$ 25 bilhões do FGTS e R\$ 500 milhões do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Em 2021, a previsão de aporte é de R\$ 2,4 bilhões do Orçamento.

Guedes 'falta' e para Bolsonaro, chefe da Caixa vira o 'PG2'

O governo lançou ontem o Casa Verde e Amarela sem a presença do ministro da Economia, Paulo Guedes. No evento, o ministro foi representado pelo presidente da Caixa, Pedro Guimarães, que foi apelidado por Jair Bolsonaro de "PG2", em referência a Guedes.

Guedes e o ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) já divergiram publicamente sobre a ampliação de gastos públicos em infraestrutura. A cerimônia foi acompanhada por outros 12 ministros e parlamentares do Nordeste, incluindo os líderes do Centrão, Arthur Lira (PP-AL) e Ciro Nogueira (PP-PI).

Durante o discurso que durou menos de cinco minutos, Bolsonaro usou parte do tempo para cumprimentar militares pelo Dia do Soldado. Ele defendeu que os integrantes das Forças Armadas possam "participar da política".

Depois, ao falar sobre o novo programa habitacional do governo, o presidente falou que "a bola está com o Congresso".

"Além de vocês (ministros e parlamentares), (cumprimentar) o nosso prezado PG2, Pedro Guimarães, o presidente da Caixa, que não mede esforços para atender a nossa sociedade", disse Bolsonaro.

No programa, o conceito de faixas de renda do Minha Casa Minha Vida foi alterado para grupos no Casa Verde e Amarela. São eles: Grupo 1, famílias com renda de até R\$ 2 mil; Grupo 2, famílias com renda entre R\$ 2 e R\$ 4 mil; e Grupo 3, famílias com renda entre R\$ 4 mil e R\$ 7 mil.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

## Guedes quer cortar deduções do iR para Renda Brasil ir a R\$ 300



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Brasília (AE) - O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ao presidente Jair Bolsonaro que para o benefício médio do Renda Brasil chegar a R\$ 300, como quer o presidente, é preciso cortar deduções de saúde e educação do Imposto de Renda.

Como mostrou o Estadão, Bolsonaro achou baixo o valor médio de R\$ 247 para o novo programa pensado para substituir o Bolsa Família. Hoje, o valor médio pago pelo programa criado na gestão petista é de R\$ 190. A criação do Renda Brasil está atrelada a uma reformulação de programas considerados "ineficientes" pela equipe econômica, como abono salarial (benefício de um salário mínimo voltado para quem ganha até dois pisos), entre outros.

Ontem, Bolsonaro disse a parlamentares que deseja manter valor do Renda Brasil igual ao das últimas parcelas previstas do auxílio emergencial, em R\$ 300. Com isso, o governo quer evitar que o programa de assistência social comece com o desgaste de um valor menor do que o benefício pago atualmente a informais para enfrentar a crise provocada pela pandemia. O auxílio emergencial é visto como um dos fatores

que aumentaram a popularidade do presidente.

Guedes disse a Bolsonaro que é possível ampliar o valor para R\$ 300, desde que haja um corte nas deduções do Imposto de Renda. De acordo com os dados da Receita Federal, os 20% mais ricos são os mais privilegiados com o abatimento de despesas médicas e educacionais da base de cálculo do imposto.

Estudo do Ministério da Economia aponta que as deduções representam o valor mais expressivo - R\$ 15,1 bilhões ao ano - dentre os chamados gastos tributários do governo com saúde. Isso representa quase um terço dos subsídios na área.

A lei hoje não estabelece teto para deduções de despesas médicas da base de cálculo do Imposto de Renda. Como geralmente é a população de maior renda que tem mais acesso a serviços médicos particulares, ela é a maior contemplada, ao conseguir abater a totalidade dos gastos. Na prática, no entanto, o benefício tributário acaba sendo usado irregularmente até mesmo para procedimentos estéticos.

O limite para a dedução existe no caso dos gastos com educação - é possível abater até R\$ 3.561,50 por dependente. Para isso, é necessário realizar a declaração completa de IR, ao invés da simplificada, que já abate 20% da renda para fins de tributação. Mesmo assim, a política também beneficia mais a alta renda. Os dados mostram que esse subsídio tributário somou R\$ 4,2 bilhões no ano passado - quando foi recolhido o IR referente ao ano-calendário de 2018.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Maioria da bancada quer explicações da Petrobras



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A maioria dos deputados e senadores da bancada federal do Rio Grande do Norte considera que devem ser cobradas explicações da Petrobras sobre a decisão de vender os ativos e as unidades industriais no Rio Grande do Norte. Mas as reações não são unânimes. Parte dos parlamentares concorda com a nova estratégia da estatal do petróleo, embora a maioria discorde ou considere preocupante e que pode implicar em prejuízos à economia do Estado.

O deputado federal João Maia (PL) avaliou que a atração de empresas privadas no setor de petróleo deve ter um resultado positivo. "O Rio Grande do Norte precisa de empresas que tenham como foco a produção no Estado, investindo, gerando emprego e royalties, além de tributos". "Não podemos fazer questão pela Petrobras se ela não tem planos de investimentos no Rio Grande do Norte", afirma. João Maia destaca que, "evidentemente os novos compradores das concessões vão investir mais que a Petrobras e com isso o Estado vai lucrar. Gosto da Petrobras, mas gosto muito mais do povo do Rio Grande do Norte".

O deputado General Girão (PSL) opina que "nessa hora,

a vinda de investidores fora do Estado brasileiro é bem vinda". Para o General Girão, a bancada federal do Rio Grande do Norte também "deve ser cobrada para onde estão ou estarão indo os recursos" provenientes dos royalties que são repassados mensalmente ao Estado.

O deputado federal Beto Rosado (PR) destacou a importância desse novo momento do setor petrolífero na bacia potiguar, que, para ele, tem a expectativa da geração de novos empregos, prestação de serviços e compras de insumos locais, criando 'um verdadeiro polo petrolífero desenvolvido e competitivo'. 'É a oportunidade que esperamos para a retomada do crescimento do RN no setor', disse.

Para o deputado federal Walter Alves (MDB) é preciso que a Petrobras explique a decisão tomada. Ele encaminhou, ontem ao Ministério de Minas e Energias (MME) um requerimento solicitando explicações sobre o anúncio de venda dos ativos da Petrobras no Rio Grande do Norte.

'A notícia, sem a apresentação de estudo de impacto econômico, como exigem da Câmara dos Deputados em qualquer projeto, é uma agressão inadmissível ao povo potiguar, e não podemos aceitar tal medida como se fosse uma decisão sem maior importância', declarou Walter Alves em documento destinado ao titular do MME, ministro Bento Albuquerque.

No documento, Walter Alves lista alguns questionamentos, entre eles, se há evidência de prejuízo das atividades da Petrobras no Estado. O deputado quer saber se foram feitos estudos do impacto econômico com a venda dos ativos da empresa e, por fim, questiona quais medidas foram apresentadas para assegurar a estabilidade e a melhoria da economia potiguar. Alves disse ainda, nas redes sociais, que o desinvestimento e a venda de ativos no Rio Grande do Norte eram um absurdo inadmissível. 'Não vamos aceitar. É hora de união do Governo do Estado, bancada federal do RN, Assembleia Legislativa e sociedade para lutar pela permanência da Petrobras no

estado', protestou.

O deputado Rafael Motta (PSB) também se posicionou contra a venda dos ativos da Petrobras: "Há quase um ano temos batido nessa tecla e chegamos a protocolar um pedido de informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o possível encerramento das atividades da Petrobras no RN, quando foi anunciado a venda dos campos terrestres de Ponta do Mel e Redonda".

Segundo Motta, a Petrobras "sempre cumpriu um papel importante no que diz respeito ao desenvolvimento regional, mas ainda que visasse apenas o lucro, a Refinaria de Guamaré é estratégica para qualquer empresa".

O deputado federal Benes Leocádio (Republicanos) defende o somatório de esforços, "independente de bandeiras, para lutarmos pela manutenção da empresa em nosso Estado". Na opinião dele, a Petrobras "sempre foi vetor de desenvolvimento para nosso Estado, por isso, defendemos a sua permanência no RN".

Para a deputada federal Natália Bonavides (PT), o anúncio da Petrobras do RN "é um ataque brutal contra o povo potiguar. A empresa, que é um patrimônio nacional, possui papel estratégico no desenvolvimento regional, com geração de empregos e riquezas para o estado. Lutaremos contra esse retrocesso".

O senador Jean Paul Prates (PT) disse que desde o ano passado já vinha reiterando e publicamente alertando que "este dia estava para chegar". Já na segunda-feira (24), logo após o governo anunciar a venda dos ativos da Petrobras, o parlamentar afirmou, no Twitter que a estatal estava sendo reduzida "a uma mera petroleira privada" do eixo Rio/São Paulo, "saindo de tudo mais e deixando de servir ao País".

Jean Paul Prates afirmou que não se podia permitir que a Petrobras venda tudo e saia do Rio Grande do Norte: "Isso não é matéria ideológica ou de opinião, muito menos de 'pagar pra ver' se o investimento privado dará conta dos seus atuais compromissos com a sociedade

do RN".

Uma das críticas de Prates era de que "a venda dos principais ativos da Petrobras nos estados está sendo feita sem nenhuma tratativa com os governos estaduais ou a sociedade. Ao contrário: dissimulando, escamoteando, minimizando questões graves. Certamente dá motivo a reações proporcionais".

Já o senador Styvenson Valentim (Podemos) informou que vem acompanhando os desdobramentos do caso da Petrobras desde maio de 2019, quando enviou ofício enviado ao presidente da estatal, Roberto Castello Branco, informando sobre as preocupações do SINDMETAL (RN) quanto ao fechamento de duas dezenas de plataformas de petróleo no estado e questionando quais os motivos que levaram a empresa a tomar esta decisão.

A senadora Zenaide Maia (PROS) diz que se posiciona contra "essa política de entrega de ativos do País". Na análise dela, "vender a Petrobras no Rio do Grande do Norte sem nenhuma discussão no Congresso Nacional é errado, é um absurdo. Foi com impostos que construímos a Refinaria Potiguar Clara Camarão para beneficiar QAV, óleo diesel e gasolina".

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

## Negociação de ativos pode demorar um ano



Estado, que se posicionou contra o anúncio da petroleira, a saída do estatal coloca em risco cerca de 5,6 mil empregos diretos e indiretos, além da arrecadação de impostos.

A concessão dos ativos no Rio Grande do Norte é continuidade do plano de desinvestimento, iniciado em 2012, da Petrobras em campos terrestres e águas rasas, característica de todos os campos de produção da Bacia Potiguar. Desde então, a empresa foca os recursos na exploração e produção de petróleo em águas profundas. “Estamos focando nossos investimentos em águas profundas, que é a maior expertise da estatal, e vendendo ativos para abater uma dívida bilionária que aumenta os juros pagos pela Petrobras”, afirmou Ardenghy.

Segundo o teaser divulgado pela Petrobras, as propostas dos interessados nos campos – que serão vendidos em bloco único – devem ser entregues até o dia 10 de setembro. Entretanto, o processo inteiro de venda deve levar de seis meses a um ano. “Esse é um processo que demora de seis meses a um ano, dependendo da característica que o processo anda. A gente espera que em meados do ano que vem, a gente já possa ter formalizado o comprador para que ele já possa entrar o ativo”, confirmou o diretor.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: LUIZ HENRIQUE GOMES; RICARDO ARAÚJO

Quatorze meses após garantir a políticos potiguares a permanência da exploração de ativos no Rio Grande do Norte, a Petrobras colocou à venda tudo o que se relaciona à produção de petróleo e gás natural no Estado. Restou apenas o projeto do Campo de Pitu, em alto-mar, que ainda está em fase de estudo de viabilidade de exploração.

O processo de venda dos 26 ativos anunciado no início desta semana vai levar de seis meses a um ano, segundo o diretor de Relacionamento Institucional da estatal, Roberto Ardenghy, em entrevista exclusiva à TRIBUNA DO NORTE. De acordo com o Governo do

A produção do petróleo nos campos do Rio Grande do Norte atualmente é de 23 mil barris por dia, menos da metade do que apenas um poço de pré-sal produz (50 mil por dia). Segundo Ardenghy, o volume de petróleo produzido em campos terrestres não é mais vantajoso por 'estratégia da empresa' e pode ser alavancada se for vendida para empreiteiras de menor porte, com reflexos na geração de emprego e royalties.

Investimentos em queda

Em seis anos, entre 2012 e 2018, os investimentos da companhia no RN diminuíram R\$ 931 milhões e 6,9 mil postos de trabalho foram cortados. Além disso, 46 de 70 concessões da Bacia Potiguar já foram vendidas pela estatal. Com o novo anúncio de vendas, a Petrobras encerra um ciclo de desinvestimento no Rio Grande do

Norte. As vendas já realizadas, de ativos de menor portes, renderam R\$ 2,1 bilhões à Petrobras.

Governo ressalta danos à economia

Segundo o Governo do RN, a venda dos 26 ativos, incluindo a Refinaria Clara Camarão, põe em risco 5,6 mil empregos diretos. São 1,4 mil efetivos e 4,2 mil terceirizados. A estatal representa 52% do Produto Interno Bruto (PIB) da Indústria do Rio Grande do Norte. “Estamos falando de uma empresa que é o maior ativo do ponto de vista de promoção do desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Norte”, declarou a governadora Fátima Bezerra (PT).

Por outro lado, a Petrobras defende que a venda dos ativos não significa a saída do RN. Ardenghy informou que a estatal permanece com o estudo de campos em alto-mar principal interesse da estatal hoje – nos blocos exploratórios de Pitu, que podem gerar novos investimentos no futuro. Esses campos devem levar de cinco a seis anos para serem explorados, se for encontrado petróleo. “A Petrobras continua procurando em campo marítimo, mas de fato esses ambientes terrestres de menor tamanho não fazem mais sentido no portfólio da empresa. Continuamos interessados no Nordeste e no Rio Grande do Norte, mas com outro tipo de projeto”, declarou Roberto Ardenghy.

Mesmo com a garantia de permanecer no Rio Grande do Norte, um dos ativos à venda é a Refinaria Clara Camarão, que produz gasolina, querosene de aviação e gás. Segundo Ardenghy, a venda da refinaria teve o objetivo de deixar a proposta “mais atrativa” e que não valeria a pena mantê-la inativa, já que os campos em estudo ainda devem levar anos antes de terem operações.

Fátima está “surpresa e indignada”

A governadora Fátima Bezerra disse nesta terça-feira que foi surpreendida com a notícia da venda dos ativos da Petrobras. Para a governadora, a direção da estatal 'quebrou a palavra' que havia dado ao governo estadual em duas reuniões, em maio do ano passado e fevereiro deste ano. “Somos contra a saída de uma empresa do porte da Petrobras acontecer dessa maneira, quebrando

a palavra que havia nos dado de que iria mesclar o investimento público com o privado”, disse Fátima Bezerra em coletiva de imprensa. O governo pede uma audiência com a diretoria da Petrobras em caráter de urgência.

Fátima Bezerra considerou que a venda significa a saída total da Petrobras do RN de “maneira apressada”. “É uma falta de respeito. Quero externar a minha indignação da forma como a Petrobras está agindo. Nós soubemos dessa notícia através da imprensa. Não houve nenhum comunicado prévio ao governo e às entidades representativas. Estamos falando de receitas, royalties e projetos para ações de cidadania, mas sobretudo de empregos. São mais de 5 mil empregos no Rio Grande do Norte. E essa notícia de que a Petrobras está saindo definitivamente do Estado, no momento em que enfrentamos o contexto da pandemia com impactos violentos para a atividade econômica, é extremamente preocupante”, declarou a governadora.

As reuniões citadas pela governadora com o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, aconteceram em maio do ano passado e em fevereiro deste ano. Nelas, o presidente garantiu, por exemplo, a permanência da Refinaria Clara Camarão, um dos ativos à venda. Três blocos marítimos também seriam mantidos. “O Estado sempre foi, é, e será muito importante para a Petrobras”, declarou o presidente da estatal à época.

Com a venda dos 26 ativos, no entanto, a Petrobras permanece apenas com a análise de quatro blocos exploratórios em alto-mar e três Planos de Avaliação de Descobertas em águas profundas. Esses blocos ainda estão em fase de pesquisa e podem ou não serem explorados no futuro.

O desinvestimento atual da Petrobras no Rio Grande do Norte já acontece desde 2012. Em 2017, a estatal optou por focar os investimentos em campos de alto-mar, diferente dos campos da Bacia Potiguar, que são terrestres e em águas rasas. O governo estadual informou que estava ciente destes planos, mas que esperava a permanência da Petrobras pelas audiências

da governadora com o presidente da estatal.

Entidades comemoram oferta de ativos

Entidades independentes ligadas ao setor produtivo de petróleo comemoraram o anúncio da venda dos ativos do Polo Potiguar pela Petrobras no início desta semana. O presidente da Associação Redepetro RN, Gutemberg Dias, disse em nota enviada à imprensa que a negociação provocará reviravolta no mercado, pois substituirá o desinvestimento da Petrobras por aportes da iniciativa privada.

“A saída da Petrobras não significa o fim da atividade petrolífera no RN. Pelo contrário. Trará oportunidades para toda a cadeia produtiva”, declarou Dias. Ele citou o exemplo do campo Riacho da Forquilha, em Mossoró, recentemente adquirido pela empresa Potiguar E&P. “Em apenas seis meses após assumir o campo, a produção aumentou 30%”. Para Gutemberg Dias, a negociação dos ativos da Petrobras e a aquisição deles por empresas independentes e menores transformam o Rio Grande do Norte em referência nacional na revitalização de campos terrestres (onshore).

“A decisão da Petrobras não é um revés, mas uma virada no mercado. No lugar de uma petrolífera sem interesse de investir, chegarão empresas de grande porte, decididas a novos investimentos”, ressaltou. Para ele, as empresas que assumirão os ativos contratarão mão de obra, sublocarão empresas menores, comprarão no comércio local e movimentarão a cadeia econômica no Estado.

Conforme apontou, a Petrobras precisa esclarecer se a venda do polo será única ou fracionada. “Seria interessante que várias empresas comprassem o ativo potiguar, porque novos entrantes gerariam mais negócios. Nossa ressalva é que haja pluralidade para dinamização do negócio, e não a venda de todo o polo para uma única empresa”, ponderou o presidente da Redepetro.

O secretário executivo da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo (ABPIP), Anabal Santos Jr., o Estado do Rio Grande do Norte tem se

tornado o berço do renascimento da indústria onshore no Brasil. “Contribuindo para que a Bacia Potiguar mantenha o posto de maior produtora em terra do país, o que se comprova pelo fato de que o Estado saiu na frente em face das primeiras transações resultantes do programa de desinvestimento da Petrobras”, analisou Anabal Santos Jr. Num artigo enviado à TRIBUNA DO NORTE, ele esclarece demais pontos positivos da venda dos ativos da Petrobras no RN.

## PETROBRAS NO RN

Empregos

À 5.637 empregos diretos são gerados pela Petrobras no RN. Eles compreendem servidores efetivos e funcionários terceirizados; à R\$531 milhões são pagos ao ano, em média, a esses trabalhadores; à 1.437 são servidores efetivos; à 4.200 são funcionários terceirizados;

Royalties

À R\$425 milhões em royalties de petróleo foram pagos pela estatal ao RN em 2019; à R\$226 milhões do montante acima foram distribuídos para 98 municípios; à R\$173 milhões para o Estado; à R\$25 milhões para os donos das terras onde os poços estão instalados;

PIB

À 52% do PIB da Indústria potiguar é oriundo da Petrobras.

Fontes: Petrobras / Sindipetro e Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

## Governadora recebe empresários do turismo e apresenta as ações de divulgação do RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

25 de agosto de 2020 Governadora recebe empresários do turismo e apresenta as ações de divulgação do RN

O Governo do RN estuda prorrogar o desconto do ICMS da conta de energia do setor hoteleiro para todo o ano de 2021. Em reunião realizada na governadoria nesta terça-feira (25) com representantes das entidades do Turismo, a governadora Fátima Bezerra se mostrou sensível a este e outros pleitos apresentados pelos empresários do setor, que é um dos mais afetados pela pandemia.

Na ocasião, a chefe do Executivo estadual destacou a importância que o Turismo representa para a economia do Rio Grande do Norte e o lugar de destaque que o segmento tem nas decisões do Governo do RN. 'Ouvimos as considerações dos empresários, sobre os protocolos para retomadas, apresentamos o nosso plano de ações de promoção e divulgação para 2020 e o planejamento para 2021, e estamos sensível a continuar com o desconto na conta de energia, porque temos consciência de que esse incentivo é salutar para

a retomadas das atividades turísticas', declarou Fátima.

A secretária de Estado do Turismo, Ana Maria Costa, explicou que está havendo uma readequação das portarias que regulamentam a retomada das atividades, no sentido de compatibilizar a legislação com a exigência dos protocolos a serem observados pelo setor, de modo a garantir a segurança sanitária para todos. 'A Setur e a Emprotur [Empresa Potiguar de Promoção do Turística] têm se reunido com as entidades e juntos estamos construindo a retomada do turismo no estado, tendo como base o diálogo', disse Aninha.

Presente à reunião, o secretário da Tributação, Carlos Eduardo Xavier, enfatizou que o pedido de prorrogação do desconto de 12% no ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) da conta de energia do setor hoteleiro, para o ano de 2021, será analisado pela equipe técnica do governo. Na prática, a redução do imposto representa cerca de 50% de economia na conta, uma vez que a alíquota normal é de 25% sobre o consumo. 'Temos a orientação da governadora de flexibilizar os tributos nos segmentos importantes para o desenvolvimento econômico do RN', afirmou.

O Plano de Ações de Promoção e Divulgação do Turismo do RN para o ano de 2020 e o Planejamento Estratégico para 2021 foram apresentados pelo presidente da Emprotur, Bruno Reis, e o turismo regional tem sido o foco nas ações de marketing, sobretudo na modalidade digital. 'Também estamos focando na captação e eventos de pequeno porte, dentro dos padrões sanitários, estudando descontos de até 40% para o Centro de Convenções', adiantou.

O presidente da ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis), José Odécio, considerou muito produtiva a reunião, que tratou ainda da flexibilização para eventos de grande porte, tendo como referências

os réveillons da praia da Pipa (Tibau do Sul) e São Miguel do Gostoso. 'Esperamos que os recursos necessários à promoção do turismo do RN para 2021 sejam garantidos, e que o desconto na conta de energia seja prorrogado, para que tenhamos condições de recuperar a nossa atividade. Após essa reunião, o setor sai otimista com relação a todos os pontos apresentados à governadora e sua equipe', disse.

Ele estava acompanhado do presidente do Natal Convention Bureau, George Gosson, e do diretor do Senac-RN (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), Raniere Pimenta. Juntos com a Setur, essas entidades contribuíram para a elaboração do plano de retomada do turismo do estado. Também participou da reunião o diretor técnico do Idema (Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente), Werner Farkatt, que falou sobre o andamento dos licenciamentos na praia da Pipa.

#### TURISMO CIDADÃO

O Governo do Estado deu início na última segunda-feira, 24, ao Programa Turismo Cidadão, que permite a troca de pontos acumulados no Programa Nota Potiguar por diárias em meios de hospedagem e passeios de buggy. A iniciativa, que incentiva e estimula a interiorização do turismo, é uma das estratégias de promoção e divulgação do destino, articulado pela Setur através do Plano de Retomada do Turismo. Para mais informações, [acesse http://www.turismoprotegido.rn.gov.br/](http://www.turismoprotegido.rn.gov.br/).

Dentre as ações de marketing para promover o Rio Grande do Norte, a Emprotur foi em busca do reconhecimento do WTTC - Conselho Mundial de Viagens e Turismo e garantiu o Selo Turismo Seguro. O RN passou a ser o primeiro estado brasileiro a receber o selo que tem o respaldo da Organização Mundial do Turismo e das principais empresas de turismo do mundo.

Para as ações de regionalização e interiorização do turismo, estão sendo investidos R\$ 17 milhões no programa Recuperação de Estradas Turísticas, como é

o caso da RN-003, que dá acesso à praia de Pipa, onde estão sendo executados serviços de tapa-buracos. Todas as ações para o desenvolvimento do turismo do RN constam no site [www.setur.rn.gov.br](http://www.setur.rn.gov.br).

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN

## Maioria da bancada quer explicações da Petrobras



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A maioria dos deputados e senadores da bancada federal do Rio Grande do Norte considera que devem ser cobradas explicações da Petrobras sobre a decisão de vender os ativos e as unidades industriais no Rio Grande do Norte. Mas as reações não são unânimes. Parte dos parlamentares concorda com a nova estratégia da estatal do petróleo, embora a maioria discorde ou considere preocupante e que pode implicar em prejuízos à economia do Estado.

O deputado federal João Maia (PL) avaliou que a atração de empresas privadas no setor de petróleo deve ter um resultado positivo. "O Rio Grande do Norte precisa de empresas que tenham como foco a produção no Estado, investindo, gerando emprego e royalties, além de tributos". "Não podemos fazer questão pela Petrobras se ela não tem planos de investimentos no Rio Grande do Norte", afirma. João Maia destaca que, "evidentemente os novos compradores das concessões vão investir mais que a Petrobras e com isso o Estado vai lucrar. Gosto da Petrobras, mas gosto muito mais do povo do Rio Grande do Norte".

O deputado General Girão (PSL) opina que "nessa hora,

a vinda de investidores fora do Estado brasileiro é bem vinda". Para o General Girão, a bancada federal do Rio Grande do Norte também "deve ser cobrado para onde estão ou estarão indo os recursos" provenientes dos royalties que são repassados mensalmente ao Estado.

O deputado federal Beto Rosado (PR) destacou a importância desse novo momento do setor petrolífero na bacia potiguar, que, para ele, tem a expectativa da geração de novos empregos, prestação de serviços e compras de insumos locais, criando "um verdadeiro polo petrolífero desenvolvido e competitivo". "É a oportunidade que esperamos para a retomada do crescimento do RN no setor", disse.

Para o deputado federal Walter Alves (MDB) é preciso que a Petrobras explique a decisão tomada. Ele encaminhou, ontem ao Ministério de Minas e Energias (MME) um requerimento solicitando explicações sobre o anúncio de venda dos ativos da Petrobras no Rio Grande do Norte.

"A notícia, sem a apresentação de estudo de impacto econômico, como exigem da Câmara dos Deputados em qualquer projeto, é uma agressão inadmissível ao povo potiguar, e não podemos aceitar tal medida como se fosse uma decisão sem maior importância", declarou Walter Alves em documento destinado ao titular do MME, ministro Bento Albuquerque.

No documento, Walter Alves lista alguns questionamentos, entre eles, se há evidência de prejuízo das atividades da Petrobras no Estado. O deputado quer saber se foram feitos estudos do impacto econômico com a venda dos ativos da empresa e, por fim, questiona quais medidas foram apresentadas para assegurar a estabilidade e a melhoria da economia potiguar. Alves disse ainda, nas redes sociais, que o desinvestimento e a venda de ativos no Rio Grande do Norte eram um absurdo inadmissível. "Não vamos aceitar. É hora de união do Governo do Estado, bancada federal do RN, Assembleia Legislativa e sociedade para lutar pela permanência da Petrobras no

estado”, protestou.

O deputado Rafael Motta (PSB) também se posicionou contra a venda dos ativos da Petrobras: "Há quase um ano temos batido nessa tecla e chegamos a protocolar um pedido de informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o possível encerramento das atividades da Petrobras no RN, quando foi anunciado a venda dos campos terrestres de Ponta do Mel e Redonda".

Segundo Motta, a Petrobras "sempre cumpriu um papel importante no que diz respeito ao desenvolvimento regional, mas ainda que visasse apenas o lucro, a Refinaria de Guamaré é estratégica para qualquer empresa".

O deputado federal Benes Leocádio (Republicanos) defende o somatório de esforços, "independente de bandeiras, para lutarmos pela manutenção da empresa em nosso Estado". Na opinião dele, a Petrobras "sempre foi vetor de desenvolvimento para nosso Estado, por isso, defendemos a sua permanência no RN".

Para a deputada federal Natália Bonavides (PT), o anúncio da Petrobras do RN "é um ataque brutal contra o povo potiguar. A empresa, que é um patrimônio nacional, possui papel estratégico no desenvolvimento regional, com geração de empregos e riquezas para o estado. Lutaremos contra esse retrocesso".

O senador Jean Paul Prates (PT) disse que desde o ano passado já vinha reiterando e publicamente alertando que "este dia estava para chegar". Já na segunda-feira (24), logo após o governo anunciar a venda dos ativos da Petrobras, o parlamentar afirmou, no Twitter que a estatal estava sendo reduzida "a uma mera petroleira privada" do eixo Rio/São Paulo, "saindo de tudo mais e deixando de servir ao País".

Jean Paul Prates afirmou que não se podia permitir que a Petrobras venda tudo e saia do Rio Grande do Norte: "Isso não é matéria ideológica ou de opinião, muito menos de “pagar pra ver” se o investimento privado dará conta dos seus atuais compromissos com a

sociedade do RN".

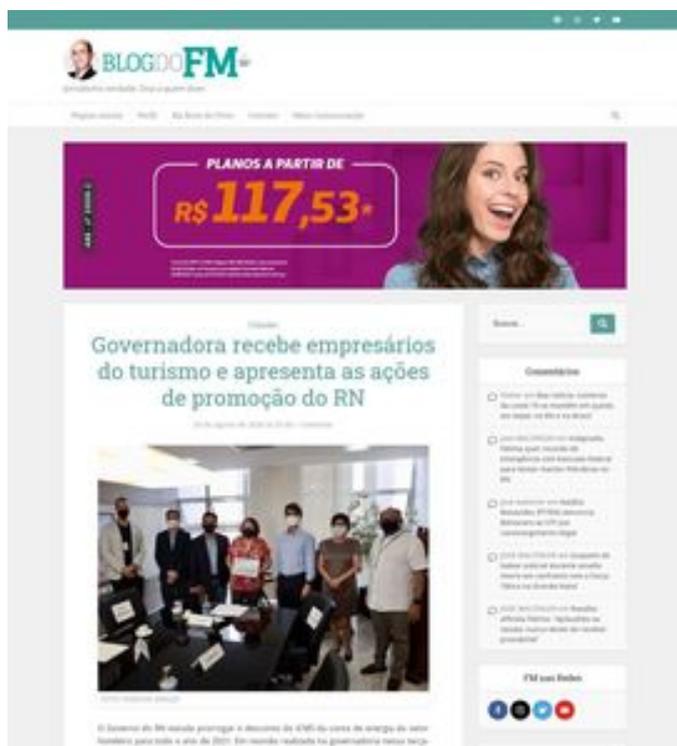
Uma das críticas de Prates era de que "a venda dos principais ativos da Petrobras nos estados está sendo feita sem nenhuma tratativa com os governos estaduais ou a sociedade. Ao contrário: dissimulando, escamoteando, minimizando questões graves. Certamente dá motivo a reações proporcionais".

Já o senador Styvenson Valentim (Podemos) informou que vem acompanhando os desdobramentos do caso da Petrobras desde maio de 2019, quando enviou ofício enviado ao presidente da estatal, Roberto Castello Branco, informando sobre as preocupações do SINDMETAL (RN) quanto ao fechamento de duas dezenas de plataformas de petróleo no estado e questionando quais os motivos que levaram a empresa a tomar esta decisão.

A senadora Zenaide Maia (PROS) diz que se posiciona contra "essa política de entrega de ativos do País". Na análise dela, "vender a Petrobras no Rio do Grande do Norte sem nenhuma discussão no Congresso Nacional é errado, é um absurdo. Foi com impostos que construímos a Refinaria Potiguar Clara Camarão para beneficiar QAV, óleo diesel e gasolina".

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA**

## Governadora recebe empresários do turismo e apresenta as ações de promoção do RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Governo do RN estuda prorrogar o desconto do ICMS da conta de energia do setor hoteleiro para todo o ano de 2021. Em reunião realizada na governadoria nessa terça-feira (25) com representantes das entidades do Turismo, a governadora Fátima Bezerra se mostrou sensível a este e outros pleitos apresentados pelos empresários do setor, que é um dos mais afetados pela pandemia.

Na ocasião, a chefe do Executivo estadual destacou a importância que o Turismo representa para a economia do Rio Grande do Norte e o lugar de destaque que o segmento tem nas decisões do Governo do RN. 'Ouvimos as considerações dos empresários, sobre os protocolos para retomadas, apresentamos o nosso plano de ações de promoção e divulgação para 2020 e o planejamento para 2021, e estamos sensível a continuar com o desconto na conta de energia, porque temos consciência de que esse incentivo é salutar para a retomadas das atividades turísticas', declarou Fátima.

A secretária de Estado do Turismo, Ana Maria Costa,

explicou que está havendo uma readequação das portarias que regulamentam a retomada das atividades, no sentido de compatibilizar a legislação com a exigência dos protocolos a serem observados pelo setor, de modo a garantir a segurança sanitária para todos. 'A Setur e a Emprotur [Empresa Potiguar de Promoção do Turística] têm se reunido com as entidades e juntos estamos construindo a retomada do turismo no estado, tendo como base o diálogo', disse Aninha.

Presente à reunião, o secretário da Tributação, Carlos Eduardo Xavier, enfatizou que o pedido de prorrogação do desconto de 12% no ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) da conta de energia do setor hoteleiro, para o ano de 2021, será analisado pela equipe técnica do governo. Na prática, a redução do imposto representa cerca de 50% de economia na conta, uma vez que a alíquota normal é de 25% sobre o consumo. 'Temos a orientação da governadora de flexibilizar os tributos nos segmentos importantes para o desenvolvimento econômico do RN', afirmou.

O Plano de Ações de Promoção e Divulgação do Turismo do RN para o ano de 2020 e o Planejamento Estratégico para 2021 foram apresentados pelo presidente da Emprotur, Bruno Reis, e o turismo regional tem sido o foco nas ações de marketing, sobretudo na modalidade digital. 'Também estamos focando na captação e eventos de pequeno porte, dentro dos padrões sanitários, estudando descontos de até 40% para o Centro de Convenções', adiantou.

O presidente da ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis), José Odécio, considerou muito produtiva a reunião, que tratou ainda da flexibilização para eventos de grande porte, tendo como referências os réveillons da praia da Pipa (Tibau do Sul) e São Miguel do Gostoso. 'Esperamos que os recursos necessários à promoção do turismo do RN para 2021

sejam garantidos, e que o desconto na conta de energia seja prorrogado, para que tenhamos condições de recuperar a nossa atividade. Após essa reunião, o setor sai otimista com relação a todos os pontos apresentados à governadora e sua equipe', disse.

Ele estava acompanhado do presidente do Natal Convention Bureau, George Gosson, e do diretor do Senac-RN (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), Raniere Pimenta. Juntos com a Setur, essas entidades contribuíram para a elaboração do plano de retomada do turismo do estado. Também participou da reunião o diretor técnico do Idema (Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente), Werner Farkatt, que falou sobre o andamento dos licenciamentos na praia da Pipa.

#### TURISMO CIDADÃO

O Governo do Estado deu início na última segunda-feira, 24, ao Programa Turismo Cidadão, que permite a troca de pontos acumulados no Programa Nota Potiguar por diárias em meios de hospedagem e passeios de buggy. A iniciativa, que incentiva e estimula a interiorização do turismo, é uma das estratégias de promoção e divulgação do destino, articulado pela Setur através do Plano de Retomada do Turismo. Para mais informações, acesse <http://www.turismoprottegido.rn.gov.br/>.

Dentre as ações de marketing para promover o Rio Grande do Norte, a Emprotur foi em busca do reconhecimento do WTTC - Conselho Mundial de Viagens e Turismo e garantiu o Selo Turismo Seguro. O RN passou a ser o primeiro estado brasileiro a receber o selo que tem o respaldo da Organização Mundial do Turismo e das principais empresas de turismo do mundo.

Para as ações de regionalização e interiorização do turismo, estão sendo investidos R\$ 17 milhões no programa Recuperação de Estradas Turísticas, como é o caso da RN-003, que dá acesso à praia de Pipa, onde estão sendo executados serviços de tapa-buracos. Todas as ações para o desenvolvimento do turismo do

RN constam no site [www.setur.rn.gov.br](http://www.setur.rn.gov.br).

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN

## Fecomércio: Instituições financeiras preveem queda de 5,46% na economia este ano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

A previsão do mercado financeiro para a queda da economia brasileira este ano foi ajustada de 5,52% para 5,46%. A estimativa de recuo do Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - está no boletim Focus, publicação divulgada todas as semanas pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos. O mercado financeiro tem reduzido a projeção de queda há oito semanas consecutivas.

Para o próximo ano, a expectativa é de crescimento de 3,50%, a mesma previsão há 13 semanas consecutivas. Em 2022 e 2023, o mercado financeiro continua a projetar expansão de 2,50% do PIB.

### Inflação

As instituições financeiras consultadas pelo BC ajustaram a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 1,67% para 1,71%

neste ano.

Para 2021, a estimativa de inflação permanece em 3% há 10 semanas consecutivas. A previsão para 2022 e 2023 também não teve alteração: 3,50% e 3,25%, respectivamente.

A projeção para 2020 está abaixo do piso da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é de 4% em 2020, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,5% e o superior, 5,5%.

Para 2021, a meta é 3,75%, para 2022, 3,50%, e para 2023, 3,25%, com intervalo de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, em cada ano.

### Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, estabelecida atualmente em 2% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Para o mercado financeiro, a expectativa é que a Selic encerre 2020 no atual patamar (2% ao ano). Para o fim de 2021, a expectativa foi ajustada de 2,75% para 3% ao ano. Para o fim de 2022, a previsão passou de 4,75% para 4,50% ao ano e para o final de 2023, segue em 6% ao ano.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica. Entretanto, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, o

objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Dólar

A previsão para a cotação do dólar permanece em R\$ 5,20, ao final deste ano. Para o fim de 2021, a expectativa é que a moeda americana fique em R\$ 5.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Fecomércio: Com foco no Nordeste, governo anuncia novo programa habitacional



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

O governo anunciou na manhã desta terça-feira (25) um novo programa habitacional, o Minha Casa Verde e Amarela, cuja meta é incluir 1,6 milhão de famílias de baixa renda no crédito imobiliário até 2024, um incremento de 350 mil.

Substituto do Minha Casa Minha Vida, criado pela gestão petista, o programa também promete juros mais baixos do que os praticados hoje, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste do país.

Isso será possível com a redução na taxa de juros para a menor da história do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e mudanças na remuneração do agente financeiro, disse o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), em nota.

Durante entrevista coletiva, o presidente Jair Bolsonaro assinou a media provisória que institui o programa. 'A bola agora está com o parlamento', disse Bolsonaro

após a assinatura.

Segundo o chefe da pasta, Rogério Marinho, que conduz o projeto, o programa terá o menor juro da história para financiamentos.

As regiões Norte e Nordeste serão contempladas com a redução nas taxas em até 0,5 ponto percentual para famílias com renda de até R\$ 2 mil mensais e 0,25 para quem ganha entre R\$ 2 mil e R\$ 2,6 mil, diz o ministério. Nessas localidades, os juros poderão chegar a 4,25% ao ano para cotistas do FGTS e, nas demais regiões, a 4,5%. O limite do valor dos imóveis financiados também foi ampliado.

Além do financiamento habitacional, o programa também prevê a regularização fundiária e a melhoria de residências, como a construção de banheiro, por exemplo. A meta é regularizar 2 milhões de moradias e promover melhorias em 400 mil até 2024, diz a pasta.

No ano passado, 24,4 milhões de moradias foram consideradas inadequadas por carência de infraestrutura no país, de acordo com dados preliminares da Fundação João Pinheiro (FJP), trazidos pelo Ministério do Desenvolvimento. Deste total, 10,7 milhões são relativas à edificação.

Pró-Brasil

O Minha Casa Verde e Amarela fica dentro do pacote de medidas que o governo pretendia divulgar nesta terça-feira, o Pró-Brasil. O pacote traria também o Renda Brasil, substituto mais amplo do Bolsa Família, marcos legais e gatilhos para destravar o Orçamento.

Porém, divergências em relação ao valor do benefício e aos programas que seriam extintos teriam atrasado sua divulgação, que ainda pode ser feita nesta semana.

Anunciado primeiro em abril, mas com foco em

infraestrutura, o Pró-Brasil causou desentendimentos entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o do Desenvolvimento, Rogério Marinho, que defende a ampliação de obras públicas como motor da retomada pós-pandemia.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Fecomércio: Governo prorroga por 2 meses programa que permite redução de jornada e salário



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

O governo federal prorrogou nesta segunda-feira (24) por mais dois meses o programa que permite empresas a suspender contratos de trabalho ou reduzir o salário e a jornada de funcionários.

O programa foi criado em razão da pandemia do novo coronavírus e prevê que o governo recompõe parte da renda dos funcionários por meio de um auxílio financeiro, calculado dentro de uma porcentagem do que o empregado receberia de seguro-desemprego relacionada à queda de renda, depositado diretamente na conta dos trabalhadores.

O decreto de prorrogação foi publicado no 'Diário Oficial da União' e é assinado pelo presidente Jair Bolsonaro e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Com a extensão, os acordos poderão ser celebrados por até 180 dias, limitados à duração do estado de calamidade pública (até 31 de dezembro).

Na semana passada, Guedes já havia dito que o governo iria prorrogar o programa. Nesta segunda, Bolsonaro afirmou que a prorrogação preservará cerca de 10 milhões de empregos.

'O Brasil voltou a gerar empregos, mas alguns setores ainda estão com dificuldades em retomar 100% de suas atividades. Por isso assinei o Decreto 10.470/2020 prorrogando o Benefício Emergencial por mais 2 meses. Serão cerca de 10 milhões de empregos preservados', publicou o presidente em uma rede social.

O decreto também prevê que o empregado com contrato de trabalho intermitente formalizado até 1º de abril de 2020 poderá receber o auxílio emergencial mensal no valor de R\$ 600,00 pelo período adicional de dois meses. Com a medida, esses trabalhadores receberão ao todo seis parcelas mensais de R\$ 600.

### Prorrogações

A medida provisória inicial, publicada em abril, que foi sancionada no início de julho e transformada em lei, previa a suspensão dos contratos de trabalho por até dois meses e a redução da jornada e de salários em até 70% por até três meses.

No dia 14 de julho, o governo publicou a primeira prorrogação do programa, elevando para até 4 meses o período em que as empresas poderiam reduzir jornada e salário dos funcionários, e também fazer a suspensão dos contratos.

### Situação de 'vulnerabilidade'

Em um texto divulgado à imprensa, a Secretaria-Geral informou que a prorrogação é necessária para as empresas em situação de 'vulnerabilidade'.

'Faz-se necessária a prorrogação do prazo máximo de vigência dos acordos, para permitir que as empresas

que estão em situação de vulnerabilidade possam continuar sobrevivendo a este período de calamidade e, desta forma, preservar postos de trabalho e projetar uma melhor recuperação econômica ao fim das medidas restritivas', afirmou a pasta.

#### Brasil gera emprego em julho

Na semana passada, o governo informou que o Brasil gerou em julho 131 mil empregos a mais do que demissões.

A evolução positiva do emprego formal se deu após quatro meses de queda, segundo números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

## Fecomércio: Com foco no Nordeste, governo anuncia novo programa habitacional



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

O governo anunciou na manhã desta terça-feira (25) um novo programa habitacional, o Minha Casa Verde e Amarela, cuja meta é incluir 1,6 milhão de famílias de baixa renda no crédito imobiliário até 2024, um incremento de 350 mil.

Substituto do Minha Casa Minha Vida, criado pela gestão petista, o programa também promete juros mais baixos do que os praticados hoje, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste do país.

Isso será possível com a redução na taxa de juros para a menor da história do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e mudanças na remuneração do agente financeiro, disse o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), em nota.

Durante entrevista coletiva, o presidente Jair Bolsonaro assinou a media provisória que institui o programa. 'A bola agora está com o parlamento', disse Bolsonaro

após a assinatura.

Segundo o chefe da pasta, Rogério Marinho, que conduz o projeto, o programa terá o menor juro da história para financiamentos.

As regiões Norte e Nordeste serão contempladas com a redução nas taxas em até 0,5 ponto percentual para famílias com renda de até R\$ 2 mil mensais e 0,25 para quem ganha entre R\$ 2 mil e R\$ 2,6 mil, diz o ministério. Nessas localidades, os juros poderão chegar a 4,25% ao ano para cotistas do FGTS e, nas demais regiões, a 4,5%. O limite do valor dos imóveis financiados também foi ampliado.

Além do financiamento habitacional, o programa também prevê a regularização fundiária e a melhoria de residências, como a construção de banheiro, por exemplo. A meta é regularizar 2 milhões de moradias e promover melhorias em 400 mil até 2024, diz a pasta.

No ano passado, 24,4 milhões de moradias foram consideradas inadequadas por carência de infraestrutura no país, de acordo com dados preliminares da Fundação João Pinheiro (FJP), trazidos pelo Ministério do Desenvolvimento. Deste total, 10,7 milhões são relativas à edificação.

Pró-Brasil

O Minha Casa Verde e Amarela fica dentro do pacote de medidas que o governo pretendia divulgar nesta terça-feira, o Pró-Brasil. O pacote traria também o Renda Brasil, substituto mais amplo do Bolsa Família, marcos legais e gatilhos para destravar o Orçamento.

Porém, divergências em relação ao valor do benefício e aos programas que seriam extintos teriam atrasado sua divulgação, que ainda pode ser feita nesta semana.

Anunciado primeiro em abril, mas com foco em

infraestrutura, o Pró-Brasil causou desentendimentos entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o do Desenvolvimento, Rogério Marinho, que defende a ampliação de obras públicas como motor da retomada pós-pandemia.

**Assuntos e Palavras-Chave:** FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA